



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



O estabelecimento de critérios de classificação em Educação Física no ensino secundário e o impacto da classificação na média de acesso ao ensino superior

Dissertação elaborada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino da Educação Física nos ensinos básico e secundário

Orientador: Professor Doutor José Manuel Fragoso Alves Diniz

Júri:

Presidente

Professor Doutor José Manuel Fragoso Alves Diniz

Vogais

Doutora Filomena Margarida Rodrigues de Araújo

Doutor João Filipe da Silva Figueira Martins

Tânia Raquel da Silva Santos Gomes

2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Alves Diniz pela disponibilidade que manifestou para orientar este trabalho.

É também necessário realçar o incansável esforço da Professora Filomena Araújo na superação de todas as dúvidas com que me deparei no decorrer deste trabalho e ao Professor António Rodrigues por todo o interesse e apoio manifestado.

Não podia deixar de salientar a disponibilidade, companheirismo e profissionalismo da minha colega Mariana Contreiras, cujo contributo foi fundamental para a realização deste relatório. Da mesma forma, gostaria de agradecer à minha colega de estágio, Filipa Gonçalves, pelo apoio, motivação e amizade.

Será indispensável exprimir os meus agradecimentos a todos os alunos e professores da Escola Secundária Pedro Nunes envolvidos nesta investigação, pela sua cooperação, simpatia e humildade.

A toda a minha família, por todo o apoio que sempre senti, nunca me cansarei de agradecer.

E finalmente, ao meu marido e filhos, por toda a motivação, força e carinho que me transmitem diariamente, mas também por todas as preocupações e aborrecimentos. Adoro-vos e compensarei cada momento em que não estive presente.

A todos, os meus sinceros agradecimentos...

RESUMO

Este relatório pretende analisar o trabalho de investigação realizado, no âmbito do estágio pedagógico, no ano letivo de 2007/2008, na Escola Secundária Pedro Nunes e que decorreu da identificação de ambiguidades relacionadas com os critérios de classificação utilizados pelo Departamento de Educação Física. Perante este problema, foi elaborada uma proposta de critérios de classificação adequados às referências nacionais e ajustados à comunidade escolar. Posteriormente, comparámos as classificações atribuídas através dos critérios de classificação que vigoravam e a nova proposta e verificaram-se diferenças significativas entre ambas. Foi, também, analisado o efeito desta proposta na média final do secundário, tendo-se obtido os mesmos resultados e verificou-se ainda, que o impacto da classificação desta disciplina na média de acesso ao ensino superior promovia melhorias nas médias da maioria dos alunos. Passados seis anos, verificámos que a proposta apresentada ainda se encontra em vigor, tendo sofrido apenas alguns ajustamentos, mas parece que, mesmo adequados e objetivos, os critérios de classificação ainda não são utilizados por todos os professores nem conhecidos pelos alunos. A reflexão crítica sobre esta problemática envolve as experiências vividas durante o estágio e toda a experiência profissional que entretanto foi desenvolvida ao longo destes anos.

Palavras-chave: critérios de classificação; avaliação sumativa; educação física; ensino secundário; professores, alunos; média final; ensino superior; estágio pedagógico; experiência profissional.

ABSTRACT

This report aims to analyze the research work carried out under the teaching practice in the school year 2007/2008, at Pedro Nunes High School and held the identification of ambiguities relating to the classification criteria used by the Department of Physical Education. Faced with this problem, we created a proposal to appropriate national and adjusted to the school community referrals classification criteria. Subsequently, we compared the ratings given by the classification criteria that prevailed and the new proposal and there were significant differences between the two. It was also analyzed the effect of this proposal on the final average secondary, yielding the same results and it was found also that the impact of the classification of this discipline in the medium of access to college promoted improvements in the means of most students . Past six years, we found that the proposal is still in force, having suffered just a few adjustments, but it seems that even proper and objectives, the classification criteria are not yet used by all teachers or known by the students. Critical reflection on this issue involves the experiences during the internship and any professional experience which has since been developed over the years.

Keywords: classification criteria; summative assessment; physical education; secondary education; teachers, students; final average; college; practicum; professional experience.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	3
1.1 O CONTEXTO ESCOLAR	3
1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	4
2. OBJETIVOS.....	9
3. QUADROS TEÓRICOS REFERENCIAIS.....	11
4. METODOLOGIA	17
4.1 Desenho da Pesquisa	17
4.2 Amostra.....	18
4.3 Instrumentos	18
4.3.1 Questionários e entrevistas	18
4.3.2 Observações	19
4.3.3 Tratamento dos dados.....	20
5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
5.1 Alunos.....	23
5.2 Professores.....	24
5.3 Observações para determinação do nível de desempenho dos alunos...32	
5.4 Atividades Físicas e Desportivas.....	38
5.5 Aptidão Física	40
5.6 Conhecimentos	42
5.7 Critérios de Classificação.....	42
5.8 Avaliações intermédias	43
5.9 Comparação entre critérios de classificação	44
5.10 Classificações para acesso ao ensino superior	52
5.11 Impacto da classificação em Educação Física para o acesso ao ensino superior	54
5.12 Realidade da Escola seis anos depois.....	56
6. REFLEXÕES CRÍTICAS FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	71

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Caraterização da amostra dos alunos	18
Tabela 2 - Frequência relativa de cada uma das subcategorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão "O que deveria ser alterado nesses critérios?"	26
Tabela 3 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Em termos meramente operacionais quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?.....	28
Tabela 4 - Frequência relativa de cada uma das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: "Considera que esses critérios se encontram adequados às necessidades dos alunos?"	29
Tabela 5 - Proposta de avaliação para as atividades físicas para o ensino secundário ...	38
Tabela 6- Proposta de critérios de classificação para o Ensino Secundário.....	43
Tabela 7 - Exemplo de uma avaliação intermédia de um aluno do 11º ano	44
Tabela 8 - Comparação entre os dois tipos de critérios de classificação estudados	45
Tabela 9 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º C.....	47
Tabela 10 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º E	48
Tabela 11 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º E	49
Tabela 12 - Frequência absoluta e relativa das classificações atribuídas	50

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Concorda com os atuais critérios de classificação da disciplina de Educação Física?	24
Figura 2 – Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas da questão: O que deveria ser alterado nesses critérios?	26
Figura 3 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Em termos meramente operacionais quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?.....	27
Figura 4 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Considera que esses critérios se encontram adequados às necessidades dos alunos?.....	29
Figura 5 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Quais os aspetos que mais valoriza na avaliação?	30
Figura 6 - Frequência relativa de cada uma das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à seguinte questão: Os alunos conhecem os critérios?	31
Figura 7 - Resultados das observações nas turmas do 10º ano.....	33
Figura 8 - Resultados das observações nas turmas do 11º ano.....	34
Figura 9 - Resultados das observações nas turmas do 12º ano.....	35
Figura 10 - Resultados das observações da Ginástica de Solo em todas as turmas	36
Figura 11 - Resultados das observações do Atletismo em todas as turmas.....	36
Figura 12 - Resultados das observações do Basquetebol em todas as turmas.....	37
Figura 13 - Resultados das observações do Voleibol em todas as turmas.....	37
Figura 14 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 10º ano	40
Figura 15 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 11º ano	40
Figura 16 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 12º ano	41

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 10º ano	33
Quadro 2 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 11º ano	34
Quadro 3 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 12º ano	35

INTRODUÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, na medida em que esta define e fundamenta o sucesso de uma aprendizagem. Esta temática, tão complexa, exige um esforço conjunto de todos os intervenientes no sentido da promoção do sucesso, estimulando uma comunicação constante entre os mesmos. A credibilidade da avaliação depende da existência de critérios claros e objetivos que funcionem como orientadores deste complexo processo.

Esta foi a problemática que identificámos na Escola Secundária Pedro Nunes, quando, no ano 2007/2008, iniciámos o nosso estágio pedagógico e verificámos uma grande diversificação nas práticas avaliativas dos professores devido ao facto de não estarem estabelecidos critérios de classificação. Neste sentido, efetuámos uma investigação na área e elaborámos uma proposta de critérios de classificação, consentâneos com as referências nacionais e ajustados à realidade da Escola, que foi adotada pelo Departamento de Educação Física em 2008. Ao regressarmos à Escola seis anos depois, em 2014, pretendíamos constatar se os critérios de classificação atuais mantêm a estrutura inicial, ou se sofreram alguns ajustamentos e o que os motivou. Quisemos então indagar se, perante critérios objetivos e ajustados à realidade da comunidade escolar, os professores os utilizam fundamentando a sua classificação, mas também se têm a preocupação de os explicitar aos alunos, como forma de orientar o seu desempenho.

A Educação Física sofreu algumas alterações nos últimos anos, tendo perdido horas letivas e influência na média final do ensino secundário. Neste sentido, procurámos investigar se esta situação trouxe vantagens classificativas aos alunos ou se, pelo contrário, prejudicou a sua atitude e motivação perante a disciplina.

Este relatório fará uma descrição do trabalho de investigação, correspondente à área 2, desenvolvido durante o estágio pedagógico, e apresentará uma reflexão crítica onde serão analisadas as várias experiências vividas durante a intervenção pedagógica e ao longo da minha experiência profissional.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 O CONTEXTO ESCOLAR

Ao integrarmos o núcleo de estágio da Escola Secundária Pedro Nunes, procurámos conhecer um pouco acerca da sua história e realizar uma breve caracterização da população escolar, mais pormenorizadamente acerca do Departamento de Educação Física.

Neste sentido, encontrámos a Escola Secundária Pedro Nunes situada num meio social de classe média alta, uma vez que está inserida numa área privilegiada da cidade de Lisboa, entre a zona da Lapa e da Estrela. Encontra-se rodeada de um património rico, não só a nível histórico e cultural, mas também a nível de infraestruturas de lazer e bem-estar, como é o caso do Jardim da Estrela que se caracteriza por ser um ambiente natural agradável.

Esta é uma escola muito antiga em que algumas das instalações foram mantidas e conservadas desde a data da sua construção em 1911. No ano de 2006, o conjunto edificado do Pedro Nunes, que na época em que foi construído desafiou os conceitos estabelecidos de arquitetura escolar pela forma como propôs uma nova gestão do espaço escolar, ficou reconhecido como património nacional tendo iniciado o seu processo de classificação pelo IPAR.

No ano letivo de 2007/2008, ao iniciarmos o nosso estágio pedagógico, a totalidade dos alunos da Escola era de 1202 distribuídos pelas 17 turmas do 3ºciclo, perfazendo um total de 408 alunos, e pelas 27 turmas do secundário, totalizando 794 alunos. O departamento de Educação Física era constituído por 11 professores e 3 estagiárias, sendo o coordenador o Professor Jorge Almeida. A Escola dispunha de quatro espaços disponíveis para as aulas, sendo que dois eram no interior (pavilhão, ginásio) e dois eram no exterior. Estes espaços encontravam-se num estado de conservação razoável, visto que também datavam do ano de construção da escola e realçamos a qualidade do ginásio totalmente equipado e com material de excelente qualidade. A população estudantil com que nos deparámos era bastante heterogénea mas, no entanto, verificava-se que, no geral, não apresentavam grandes hábitos desportivos e esses eram motivados

pela procura de resultados escolares de excelência uma vez que, quase todos os alunos, ambicionavam ingressar no ensino superior.

Após seis anos, voltámos à Escola Secundária Pedro Nunes e encontramos edifícios completamente remodelados e infraestruturas renovadas. Atualmente, a Escola possui uma população estudantil de 1200 alunos, dos quais 360 são do 3ºciclo e 840 alunos são do secundário. O departamento de Educação Física é constituído por 9 professores, já não existindo estagiários e o coordenador é Professor José Cordovil, que foi um dos entrevistados uma vez que é um dos professores que se mantém a lecionar na Escola desde que efetuámos o nosso estágio.

Em 2009, a Escola foi intervencionada pela Parque Escolar, tendo sofrido modificações em toda a sua estrutura, à exceção do corpo central onde se localizam os serviços, a biblioteca, sala de professores e a direção.

No que respeita aos espaços desportivos, a Escola continua a dispor de quatro espaços disponíveis para as aulas, dois no exterior e dois no interior (pavilhão e ginásio), lamentando-se a perda do ginásio original, uma vez que o atual não permite a utilização da mesma quantidade de aparelhos.

No nosso retorno à Escola pudemos observar uma quantidade considerável de alunos em prática desportiva durante o intervalo, o que evidencia uma maior aproximação a esta prática enquanto lazer, pois quando lá estivemos a estagiar esta situação não se verificava, os alunos passavam o seu tempo livre a brincar e a conversar, mas não se observavam jogos espontâneos entre alunos apesar de terem sempre o campo de futebol e de voleibol à sua disposição.

1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Quando definimos que “*avaliar é decidir na base de um juízo de valor, formulado sobre um processo de recolha de dados, em função de critérios bem definidos*” (Pacheco, 1996), percebemos que, para dar sentido e coerência às práticas de ensino e de avaliação dos professores, é fundamental o estabelecimento de critérios de classificação. Tal como é referido nos Programas Nacionais de Educação Física (2001), adiante designado por PNEF:

A disparidade de condições de trabalho em cada escola é seguramente um dos factores que mais tem contribuído para a dificuldade sentida pelos

profissionais em dar às questões da avaliação um carácter mais adequado às exigências que a disciplina coloca.

PNEF, 2001, pp.28

Neste sentido, na impossibilidade de aplicar um currículo idêntico em todas as escolas, apresenta-se como desejável encontrar *“um patamar no qual se possam inserir todos os alunos, que demonstrem possuir as competências essenciais promovidas por esta área disciplinar”* (PNEF, 2001), ou seja, definir um limite *“a partir do qual, em qualquer escola, se considera que o aluno deve ter sucesso em Educação Física”* (PNEF, 2001). Com este objetivo os PNEF definem as referências para o sucesso em Educação Física para o final de cada ciclo de escolaridade, com o objetivo de tornar *“mais claras e visíveis (e coerentes) as condições genéricas de obtenção do nível 3 ou classificação de 10 valores”* (PNEF, 2001).

Apesar destas referências enunciadas pelos PNEF, nem sempre as escolas reúnem as condições necessárias para a sua aplicação, como era o caso da Escola Secundária Pedro Nunes. Nesta escola os critérios de classificação na disciplina de Educação Física tinham sofrido várias alterações ao longo do tempo, procurando adaptar-se às novas exigências educativas no campo da avaliação. Até então, os critérios de classificação da escola assumiam como objeto as três áreas referidas nos PNEF (Atividades Físicas, Aptidão Física e Conhecimentos) no entanto, as Atividades Físicas e Desportivas não eram avaliadas tendo por base os objetivos específicos sistematizados nos níveis Introdução, Elementar e Avançado. A avaliação desta área era realizada atribuindo a cada matéria uma classificação de 1 a 5, no caso do ensino Básico, ou de 0 a 20, no caso do ensino Secundário, não havendo qualquer decisão em relação às referências que permitiriam situar o aluno em cada nível da escala classificativa. No entanto, este sistema não permitia uma avaliação rigorosa dos alunos pois não estavam definidos critérios que identificassem qual seria o desempenho necessário para a obtenção de uma determinada classificação, ficando esta ao critério de cada professor, gerando ambiguidade e disparidade entre as práticas avaliativas. Neste sentido, verificámos através de conversas e de observações de documentos que, na Escola Secundária Pedro Nunes, alguns professores atribuíam as classificações aos alunos tendo por base a sua própria percepção de sucesso, regendo-se por indicadores como a capacidade atlética do aluno ou a sua atitude na aula, sem considerar sequer os critérios de classificação que existiam na altura. Desta forma as suas decisões não eram objetivas e

não poderiam ser corroboradas por indicadores concretos que justificassem a classificação atribuída.

Todo o processo avaliativo era assim, ambíguo e descurava um dos seus elementos centrais, isto é, o próprio aluno. Através de conversas com os alunos e observações nas aulas, podemos constatar que estes não conheciam os critérios pelos quais eram avaliados nem sequer eram integrados no processo avaliativo a não ser através de uma autoavaliação realizada no final de cada período onde os alunos não conseguiam justificar de forma objetiva a classificação que solicitavam. No entanto, o mais preocupante era a percepção que os alunos tinham acerca da disparidade de práticas e de critérios de classificação dos professores da Escola pois sabiam que, face ao professor que estava a lecionar, deveriam dar mais atenção ao comportamento ou ao desempenho, mas não conheciam os critérios de classificação que depois eram utilizados para atribuir a sua classificação. Sendo assim, não era permitido aos alunos serem intervenientes ativos na sua própria avaliação.

Por outro lado, os critérios de classificação que eram usados pela escola condicionavam consideravelmente a forma de planeamento, uma vez que não contribuía para um desenvolvimento do currículo adequado às necessidades específicas dos diferentes alunos de uma turma. Este distanciamento entre os critérios assumidos pelas escolas e as normas de referência dos Programas proporciona um maior distanciamento entre as várias escolas do país, pondo em causa, inclusivamente, um dos objetivos dos PNEF: funcionar como instrumento de coerência entre escolas. As conclusões do VI Congresso Nacional de Educação Física enunciam precisamente a necessidade das normas de referência para o sucesso dos PNEF serem adotadas pelas várias escolas:

(...) realçou-se ainda a importância das escolas seguirem as Normas de Referência para o Sucesso dos Alunos em EF, que integram as novas versões dos Programas Oficiais de EF, e que devem ser aplicadas no final de cada ciclo de ensino. Neste sentido a cobertura das competências terminais de ciclo, por cada escola, foi salientada como um aspecto também prioritário.

Conclusões do VI Congresso Nacional de Educação Física

No VII Congresso Nacional de Educação Física, esta ideia voltou a ser reforçada, tendo sido referido que as Normas de Referência para a definição do Sucesso em Educação Física são referências essenciais para o processo de avaliação dos alunos (Conclusões

do VII Congresso Nacional de Educação Física). Tendo como base todas estas referências e o problema identificado na Escola, foi apontado um primeiro objetivo que consistiu na elaboração de uma proposta de avaliação adequada à realidade da escola, contribuindo de forma significativa para a aproximação da mesma aos princípios da positividade, realçando as melhores qualidades de cada aluno e do ecletismo, abrangendo várias matérias e diferenciando as aprendizagens, inerentes às referências para o sucesso dos PNEF.

Sistematizando o que tem sido enunciado, tal como refere (Alonso, 2002,) poder-se-á admitir que a avaliação só poderá ser considerada construtiva quando o currículo também o é, ou seja, quando a organização dos processos de ensino-aprendizagem obedece a critérios de qualidade, permitindo que as aprendizagens sejam ativas, significativas, integradoras e funcionais. A importância que a definição clara dos critérios de classificação assume no processo ensino-aprendizagem foi também uma das bases do estudo que realizámos.

Nesta Escola, surgia ainda um outro problema relacionado com a presunção de que a classificação de Educação Física era prejudicial à média final do ensino secundário e à média de acesso ao ensino superior para a maioria dos alunos. Surgiam muitas situações de alunos e encarregados de educação a reclamar a classificação atribuída na disciplina de Educação Física porque consideravam que esta fazia baixar a média final do secundário e dificultar o acesso ao curso superior desejado. Em muitos casos, por não existirem critérios de classificação concretos e objetivos que corroborassem a classificação atribuída, esta acabava por ser alterada em conselho de turma para não prejudicar a média final do aluno.

Perante esta perceção geral, acabaríamos por assistir à exclusão da classificação de Educação Física da média final do ensino secundário e à redução drástica das horas letivas desta disciplina. Não havendo justificações de qualquer tipo, sejam curriculares ou pedagógicas, para excluir a classificação na disciplina de Educação Física do cálculo da média final, esta foi suportada na assunção de que a mesma seria prejudicial à maioria dos alunos. Perante esta decisão quisemos também verificar se efetivamente esse facto ocorria na Escola Pedro Nunes. Neste sentido, foi analisada a situação na Escola Secundária Pedro Nunes comparando as classificações finais dos alunos, de acordo com os critérios pré-existent na escola e de acordo com os critérios que decorreram das observações efetuadas. Foi também realizada uma análise acerca do contributo da

classificação atribuída na Educação Física com as classificações das outras disciplinas, analisando assim a influência que a classificação em Educação Física na média final do secundário. Na impossibilidade de inquirir os alunos acerca do impacto que a exclusão da classificação da Educação Física teve na sua média do ensino secundário procurámos averiguar através de entrevistas aos professores se, na sua perceção, os alunos foram prejudicados com a exclusão da classificação de Educação Física para a média final do ensino secundário e, se com esta exclusão, a sua atitude perante a disciplina se alterou.

2. OBJETIVOS

Identificados os problemas acima mencionados, o estudo efetuado assumiu os seguintes objetivos:

- Determinar o grau de conhecimento dos alunos sobre os critérios de classificação a que são sujeitos.
- Verificar a opinião dos professores sobre o atual protocolo de avaliação;
- Determinar a perceção dos professores sobre a necessidade de alteração dos critérios de avaliação sumativa.
- Elaborar, com base na recolha e análise de informações pertinentes, uma proposta de classificação que respeitasse os princípios enunciados nas normas de referência para o sucesso dos PNEF e, simultaneamente, estivesse adaptada ao nível dos alunos da escola; que se encontrasse adequada aos alunos e que definisse os critérios de classificação de forma clara e objetiva, promovendo uma uniformização de critérios entre os vários professores da escola e fosse perceptível por parte dos alunos;
- Verificar as diferenças existentes nas classificações finais dos alunos, utilizando os dois protocolos de avaliação sumativa (o protocolo em vigor na escola e a proposta de critérios de classificação, entretanto, construída).
- Verificar a influência da classificação da Educação Física na média final do secundário e na média de acesso ao ensino superior.
- Analisar as alterações no modelo introduzidas pelos professores do Departamento nos últimos seis anos de implementação, identificando fragilidades na sua operacionalização.
- Determinar, junto dos professores, se a exclusão da classificação de Educação Física para a média final do ensino secundário e para a média de acesso ao ensino superior teve efeitos benéficos ou prejudiciais nos alunos.

3. QUADROS TEÓRICOS REFERENCIAIS

A avaliação assume-se como uma procura constante de informações que conduzem a uma decisão, procurando a concretização dos objetivos propostos (Stufflebeam apud Ribeiro, 1991).

A definição clara e objetiva das metas e objetivos a atingir é essencial a qualquer planeamento pelo que a avaliação assume um papel fundamental neste domínio, procurando identificar as possibilidades de desenvolvimento, definindo metas exequíveis, verificando constantemente o processo, mas também os resultados. Sendo assim, torna-se fulcral que seja continuamente verificada a existência de erros ou desvios que possam impedir a concretização dos resultados ambicionados. Desta forma, a avaliação ao longo do processo, permite introduzir os ajustamentos necessários ou adotar estratégias alternativas, reconduzindo o projeto ao percurso definido (Ribeiro, 1991).

A avaliação deve preceder sempre uma tomada de decisão e, tal como refere Peralta (2002), é uma “*recolha sistemática de informação sobre a qual se possa formular um juízo de valor que facilite a tomada de decisões*” e pode assumir funções de orientação, regulação e certificação (Cardinet, 1986).

Durante o processo de avaliação, as informações recolhidas não permitem detetar todas as dificuldades do aluno durante a aprendizagem, pelo que se torna necessário um retorno aos objetivos não atingidos, sendo esta a natureza retroativa desta avaliação (Allal, 1986; Stufflebeam & Shinkfield, 2007).

Neste sentido, as informações recolhidas no processo avaliativo procuram averiguar se os alunos estão aptos a aprender, se caminham na direção dos objetivos definidos ou avaliando o grau de realização dos mesmos. Sendo assim, entende-se o referido processo como o que nos permite “*recolher e interpretar informações para tomar decisões*” (Carvalho, 1994). Estas informações podem indicar o que os alunos podem aprender, a forma como estão a aprender ou a sua posição face aos objetivos propostos. Desta forma identificamos as diferentes funções da avaliação: orientadora, reguladora e certificadora (Cardinet, 1986; Carvalho, 1994; Araújo, 2007) que variam em função do momento de formação em que ocorrem. Se nos referirmos ao antes da formação, falamos da avaliação inicial onde se pretende identificar as dificuldades dos alunos e

perceber as suas possibilidades de desenvolvimento, tendo como principais objetivos o diagnóstico das dificuldades e limitações dos alunos face às aprendizagens previstas e o prognóstico do seu desenvolvimento, procurando perceber quais as aprendizagens que poderão vir a realizar. Se nos referirmos ao durante da formação, referimo-nos à avaliação formativa que tem como função regular o processo educativo, no sentido de o melhorar, adaptar ou continuar as decisões tomadas anteriormente, e facilitar a aprendizagem (Carvalho, 1994). Segundo Harlen (2006), a avaliação formativa pode ser criterial, mas também normativa pois pretende identificar as dificuldades dos alunos promovendo os ajustamentos necessários para a sua progressão, mas também procura comparar a comportamento do aluno com outros demonstrados anteriormente analisando a sua evolução. Finalmente, se nos referirmos ao depois da formação, reportamo-nos à avaliação sumativa onde se verifica se os resultados foram alcançados ou não e é atribuída uma classificação (Carvalho, 1994; Araújo, 2007). Neste sentido, a avaliação sumativa pressupõe a comparação entre as competências do aluno e os critérios previamente definidos, considerando-se que deve assumir um referencial criterial (Harlen, 2006). A avaliação sumativa traduz-se numa notação, classificando o aluno em função de uma escala pré-definida, expressando os resultados da sua aprendizagem (Pacheco, 2002). No entanto, não devemos cingir a avaliação, enquanto constituinte integrante e regulador das práticas pedagógicas, a um simples momento classificativo pois esta pode assumir outros objetivos que revelam um contributo mais significativo para a aprendizagem (Fernandes, 2002).

Para a realização do estudo apresentado, abordámos fundamentalmente questões associadas com a avaliação sumativa, pois o objetivo geral do trabalho relacionou-se com a elaboração e implementação de uma proposta de critérios de classificação para a disciplina de Educação Física na Escola Secundária Pedro Nunes e posteriormente a sua comparação com os critérios anteriormente usados. Importa, então, começar por definir avaliação sumativa que Harlen (2007) refere como sendo “*a summary of achievements at a particular time*”. Ainda segundo Ribeiro (1991), a avaliação sumativa “*pretende aferir resultados já recolhidos por avaliações de tipo formativo e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino*”. Neste sentido, a avaliação sumativa é assumida como um balanço final da apreciação de vários segmentos, tornando-se assim pertinente no final de qualquer segmento de aprendizagem tendo em conta os objetivos terminais que, uma vez atingidos, certificam o progresso do aluno. A recolha de informação e a sua interpretação devem basear-se num referencial criterial e não numa perspetiva normativa. No sentido de clarificar os conceitos de norma e critério,

Baumgartner et al (2003), defendem que o critério verifica o comportamento/performance de cada um dos indivíduos relacionando-o e apreciando-o em relação a um comportamento/performance pré-determinado (dicotómica), enquanto a norma compara o comportamento/performance de cada indivíduo em relação aos demais quando se torna necessário selecionar e/ou discriminar.

Toda a avaliação envolve uma tomada de decisão sobre que informações devem ser recolhidas, como recolher essas informações, como interpretá-las mas também, como comunicá-las aos alunos, como refere Harlen (2005). A explicitação de objetivos e critérios constitui um momento fundamental do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, do processo avaliativo, pois permite clarificar a situação de aprendizagem com que o aluno se irá deparar, os comportamentos que dele se esperam, bem como os indicadores de sucesso. Fazer avaliação com base num referencial criterial significa então que o aluno conhece os critérios pelos quais é avaliado e faz uma gestão da sua aprendizagem e da sua classificação, no sentido de alcançar o nível que pretende. Por outro lado, a interpretação normativa, usada para comparar o desempenho dos alunos ou quando se trata de verificar a progressão do aluno em relação a desempenhos anteriores, não informa com rigor sobre as aprendizagens realizadas. Neste sentido, uma avaliação normativa, ou ipsativa se considerarmos apenas o progresso do aluno, pode ter como consequência considerar bom um aluno médio, inserido numa turma com fraco aproveitamento, e mau um aluno igualmente médio, inserido numa turma com bom aproveitamento. Do ponto de vista normativo, tem-se como referência o grupo e é em comparação com o seu desempenho médio que se mede o desempenho de cada aluno, considera-se então normal que uma parte dos alunos se situa claramente acima ou abaixo da média do grupo. Numa perspetiva criterial, o desempenho do aluno é analisado por referência a critérios, sendo apreciadas as aprendizagens efetivamente realizadas pelo aluno em relação às finalidades consideradas e aos objetivos orientadores da ação. A avaliação normativa e criterial diferem essencialmente quanto às suas finalidades. No primeiro caso, existe uma intenção clara em classificar, comparando os alunos entre si. No segundo caso, considera-se o aluno como um ser singular e procura-se observar e analisar os processos individuais de aprendizagem, tornando-o consciente do que se lhe pede. A informação recolhida durante uma avaliação normativa é utilizada para atribuir classificações, tendo como objetivo selecionar ou hierarquizar. Durante uma avaliação criterial, a informação é recolhida para reorganizar o ensino e a aprendizagem num processo interativo, permitindo a atribuição a cada aluno de níveis que traduzam o

domínio dos objetivos. Numa avaliação normativa o diagnóstico é realizado para identificar os alunos que necessitam de medidas de apoio para atingir o sucesso. Pelo contrário, numa avaliação criterial o diagnóstico procura identificar pontos fortes e fracos de cada aluno, com relação aos objetivos de aprendizagem, potencializando-os na conceção das medidas de apoio. Conclui-se assim que numa avaliação normativa os alunos sentem-se em competição entre si, enquanto numa avaliação criterial a competição do aluno é consigo próprio, possibilitando uma progressão conjunta de todos os alunos (Barbosa e Alaiz, 1994).

Harlen (2006) refere que a avaliação tem dois grandes propósitos: por um lado, promover a aprendizagem e, por outro lado, averiguar as aprendizagens anteriores. Esta autora considera que estes dois propósitos são essenciais para assegurar uma prática educativa eficaz que contribua, efetivamente para a melhoria das aprendizagens. No mesmo sentido, Allal (1986) refere ainda que a avaliação tem como finalidade pedagógica a individualização dos modos de ação e de interação pedagógicas, a fim de assegurar que o máximo de alunos possa atingir os objetivos essenciais do programa de formação.

Na análise efetuada por Harlen (2006) ao processo que, tal como outros autores anglo-saxónicos (e.g. Assessment Reform Group [ARG], 2002), designa como avaliação para a aprendizagem, o aluno é considerado um elemento central de todo o processo. A autora considera a avaliação como um ciclo de diversos eventos. Desta forma, o professor reúne um conjunto de evidências durante uma determinada atividade e interpreta-as em conformidade com os objetivos da sessão para, posteriormente, tomar a decisão mais apropriada para a fase seguinte. Esta interpretação é realizada com base em critérios de referência, assegurando assim que o desempenho de todos os alunos é comparado com o mesmo critério. Segundo Carrasco apud Araújo (2002), o papel dinâmico e interveniente do aluno na avaliação conduz a um enriquecimento da própria avaliação. Compreende-se então, que é fundamental que o aluno receba informação acerca do modo como está a aprender, podendo agir no sentido de potenciar as suas aprendizagens.

Um estudo de Barbosa e Alaiz (1994) demonstra que a informação sobre os critérios de classificação transmitida aos alunos é insuficiente, desconhecendo estes os critérios a partir dos quais são avaliados. Os autores referem ainda a existência de contradições entre os critérios definidos pela escola e aqueles que efetivamente são utilizados pelos professores. Também no âmbito da Educação Física Redelius e Hay (2011) mostraram

que, independentemente do facto de existirem critérios explícitos e formalizados nos documentos curriculares, os professores utilizam outros critérios baseados no esforço, na habilidade atlética, no estatuto socioeconómico e no género para avaliar os seus alunos. Redelius e Hay (2011) analisaram também, no contexto escolar sueco, as perceções dos alunos sobre os propósitos, práticas e consequências da avaliação, salientando as discrepâncias entre o discurso oficial e as práticas de avaliação. O presente estudo, pretende verificar o que se pode registar sobre esta matéria na Escola Secundária Pedro Nunes.

A importância da integração do aluno no processo de avaliação foi já constatada por diversos autores, nomeadamente Harlen (2006), Fernandes (2005), Araújo (2002), ARG (1999,2002), constituindo-se inclusivamente como um princípio relevante da legislação sobre avaliação das aprendizagens no ensino secundário. O ARG (2002) refere que diversos estudos demonstraram que o envolvimento dos alunos na avaliação, a produção de feedback acerca do seu desempenho e sobre todas as questões relacionadas com a avaliação contribuem, de forma decisiva, para a redução dos resultados negativos e aumento dos resultados positivos. Foi com esta preocupação que propusemos a elaboração deste estudo, procurando contribuir para o aumento da participação dos alunos no processo de avaliação e, conseqüentemente, no processo de aprendizagem. Neste sentido, diversos autores sugerem ainda que a definição de critérios de classificação claros e objetivos são fundamentais para a melhoria da aprendizagem dos alunos, mas também para a regulação das práticas de ensino e de avaliação levadas a cabo pelos professores (Barbosa e Alaiz, 1994).

Como refere o ARG (1999), para se verificar uma aprendizagem efetiva, os alunos terão de perceber o que estão a procurar alcançar. Pacheco (2002) refere mesmo que o *“insucesso dos alunos é explicado em grande parte, por uma débil prática de construção do referente ou da clarificação dos critérios”* (p.56).

É necessário realçar também a importância da clareza com que o professor transmite toda a informação aos alunos *“making clear the purpose and goals of the work”* (Harlen, 2005). Desta forma, se compreende a importância da avaliação formativa, que se afirma como *“uma avaliação interativa, associada aos processos de feedback, de regulação, de autoavaliação e de autorregulação das aprendizagens”* (Fernandes 2006) e que, segundo Stiggins (2006), tem um efeito muito positivo na confiança e motivação dos alunos pois podem acompanhar e verificar a evolução do seu desempenho. Neste sentido, as normas

de referência para o sucesso definem o patamar a partir do qual o aluno é considerado apto ou não apto em Educação Física, tendo em conta a adaptação às condições humanas e materiais das diferentes escolas e às capacidades de cada aluno.

4. METODOLOGIA

4.1 DESENHO DA PESQUISA

Perante o problema identificado, delineámos e desenvolvemos o estudo que se apresenta, tendo em conta a concretização de diferentes etapas que se complementaram na tentativa de solucionar os vários problemas que se iam apresentando. Na primeira etapa, foram aplicados questionários aos alunos e, simultaneamente realizadas entrevistas aos professores, procurando verificar, por um lado, o conhecimento dos critérios de classificação e, por outro lado, a perceção da sua funcionalidade/operacionalidade. Os professores demonstraram interesse em conseguir uma maior aproximação às referências nacionais para o sucesso e os alunos demonstraram desconhecê-los pelo que nos pareceu pertinente apresentar uma proposta de critérios de classificação que respeitasse o interesse demonstrado pelos professores do Departamento, procurando desenvolver um sistema de avaliação baseado nas características da população escolar, respeitando os princípios subjacentes às referências defendidas pelos Programas. Para desenvolver esta proposta foi necessário averiguar o nível geral dos alunos da Escola pelo que decidimos na segunda etapa, realizar observações a 6 turmas, com o objetivo de determinar o seu nível de desempenho. Numa terceira etapa, analisámos todos os dados recolhidos de forma a elaborar uma proposta de critérios de classificação que respeitasse os princípios subjacentes às normas de referência para o sucesso expressas nos PNEF e verificámos através de comparações qual o seu impacto nas classificações dos alunos. Uma vez que pretendíamos também analisar o impacto da aplicação desta proposta na média final do ensino secundário realizámos, numa quarta etapa novas observações, desta vez em duas turmas do 12º ano de escolaridade, no sentido de aferir o nível dos alunos para procedermos à referida comparação e, numa quinta etapa, onde realizámos o tratamento dos dados resultantes destas últimas observações e onde se procedeu à comparação entre a classificação atribuída com base nos critérios de classificação elaborados e a classificação atribuída pelo professor da turma, com base nos atuais critérios de classificação da escola. Finalmente, numa sexta etapa, iniciada após seis anos da intervenção inicial deste estudo, efetuámos entrevistas aos professores que se mantinham na Escola, com o objetivo de perceber se foram feitas alterações à proposta inicial e quais as dificuldades sentidas na operacionalização dos critérios de classificação.

4.2 AMOSTRA

A amostra utilizada para o estudo apresentado foi constituída por 133 alunos, de 6 turmas diferentes da Escola Secundária Pedro Nunes, duas de cada ano de escolaridade, do 10º ao 12º ano, e 11 professores de Educação Física da mesma escola. A tabela seguinte apresenta a caracterização da amostra por género e por ano de escolaridade.

Ano de escolaridade	Raparigas	Rapazes
10ºano	28	22
11ºano	11	26
12ºano	18	28
Total	57	76
	133	

Tabela 1: Caraterização da amostra dos alunos

Tendo em conta os objetivos do estudo apresentado, era fundamental a realização de entrevistas a todos os professores do Departamento de Educação Física da Escola no ano letivo de 2007/2008, procurando identificar a sua perceção acerca dos critérios de classificação que regiam as suas práticas avaliativas. Numa fase posterior, seis anos após a intervenção inicial, foram entrevistados 4 professores do Departamento de Educação Física em Setembro de 2014 (uma vez que eram os únicos que se mantinham desde o ano letivo em que realizámos o estudo inicial), na tentativa de identificar as fragilidades e potencialidades do modelo criado.

4.3 INSTRUMENTOS

4.3.1 Questionários e entrevistas

Numa fase exploratória, foram elaborados questionários (anexo 2) para aplicar aos alunos, de forma a verificar o conhecimento dos mesmos acerca dos critérios de classificação em Educação Física da Escola. Estes questionários foram validados

segundo os procedimentos descritos por Foddy (1996). Elaborámos também um guião de entrevista aos professores que se apresenta no anexo 3, cujas perguntas pudessem esclarecer-nos acerca da posição dos mesmos face aos critérios de classificação sumativa propostos pelo grupo de estágio. Na segunda fase de entrevistas aos professores, pretendemos indagar a continuidade da proposta apresentada e as dificuldades sentidas na sua operacionalização (o guião apresenta-se no anexo 8). Após a análise das entrevistas foram selecionados os indicadores que permitiram a codificação dos dados do texto, enumerando as unidades de registo e respetiva agregação em categorias e subcategorias. Para estes procedimentos foram seguidas as regras formuladas por Bardin (1986).

4.3.2 Observações

Após comprovar a existência do problema, foram efetuadas observações dos alunos em prática, em aulas de Educação Física, de forma a identificar o nível dos alunos da Escola em cada ano de escolaridade e em cada matéria observada, tendo sido elaborada posteriormente uma proposta de critérios de classificação respeitando os princípios das referências para o sucesso dos PNEF e que estivesse adequada à realidade da Escola. Estas observações foram realizadas seguindo fichas de observação que permitiram caracterizar o desempenho de cada aluno segundo os níveis introdução, elementar e avançado. A grande diversidade de matérias que deverá ser abordada ao longo do ano letivo tornou claramente inviável a observação de todas elas, em todas as turmas previstas. Neste sentido, foi selecionado um conjunto de matérias consideradas fundamentais para a caracterização global do nível dos alunos da escola, tendo em conta as categorias definidas nos PNEF. Foram assim observadas: uma matéria de Ginástica, duas de Jogos Desportivos Coletivos e uma matéria de outra categoria.

Na categoria Ginástica foi selecionada a Ginástica de Solo, visto que para a Ginástica de Aparelhos seria necessário observar os alunos nos quatro aparelhos definidos para o nível Introdutório e Elementar (plinto/boque, barra fixa, trave e minitrampolim), o que implicaria assistir a diversas aulas da mesma matéria em diferentes alturas, pois a maioria dos professores não introduzia todos os aparelhos em simultâneo. A Ginástica Acrobática não era abordada por muitos dos professores da escola, pelo que, neste contexto, não faria sentido ser observada.

No âmbito dos Jogos Desportivo Coletivos foi observado o Voleibol, visto ser uma matéria com características consideravelmente diferentes das restantes desta categoria. Dos restantes desportos coletivos considerados matérias nucleares – Basquetebol, Andebol e Futebol – foi observado o Basquetebol por ser a matéria abordada num maior número de turmas, no momento das observações.

Das restantes matérias nucleares enunciadas nos PNEF, foi observado o Atletismo por ser a matéria lecionada por mais professores da escola, uma vez que a Dança, a Patinagem e os Desportos de Raquete eram abordados por um número muito reduzido de professores, enquanto a Luta não era lecionada na escola.

A Aptidão Física foi considerada uma das áreas a avaliar, pelo que foi efetuada uma recolha dos resultados obtidos pelos alunos da Escola na bateria de testes do *Fitnessgram* no final do ano letivo 2006/2007, com o objetivo de verificar qual a percentagem de alunos que se encontrava dentro da zona saudável de aptidão física em cada um dos testes. Estes dados foram introduzidos em suporte informático pelos professores das turmas.

Numa segunda fase, foram feitas novas observações, utilizando as mesmas fichas de observação, procurando classificar os alunos de acordo com os novos critérios de classificação que tinham sido elaborados com base nas primeiras observações. Estas observações foram efetuadas em duas turmas do 12º ano da escola e, neste caso, foram observadas todas as matérias lecionadas pelo professor na altura das observações.

4.3.3 Tratamento dos dados

Para a realização do tratamento dos dados foram transcritas as entrevistas realizadas para protocolo escrito e foram analisados os questionários, retirando todas as informações relevantes com o intuito de interpretar o discurso dos alunos e dos professores. O tratamento destes dados resultantes dos questionários e entrevistas foi realizado em função de uma análise indutiva através da análise de conteúdo (Bardin, 1986) visando a categorização dos discursos.

As observações que realizámos aos alunos foram transformadas em gráficos utilizando o Excel realçando as percentagens de cada nível em cada matéria. No que respeita aos dados quantitativos, ou seja, as classificações obtidas por cada um dos alunos, efetuámos uma comparação entre estas classificações e as classificações atribuídas pelos professores, através dos critérios de classificação da escola. Esta comparação tinha como objetivo verificar as diferenças existentes nas classificações obtidas por via da aplicação dos dois protocolos de avaliação sumativa, e assim poder tirar ilações sobre aquele que melhor respeita os princípios subjacentes ao currículo em Educação Física.

Para efetuar o tratamento dos dados utilizámos o SPSS (versão 16) e o Microsoft Excel 2007 e recorreremos à estatística descritiva através da frequência absoluta e relativa e a técnicas de comparação entre amostras emparelhadas.

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados encontrados nos questionários aplicados aos alunos, nas entrevistas efetuadas aos professores, nas observações realizadas nas turmas do 10^o ao 12^o ano nas matérias de Ginástica de Solo, Atletismo, Basquetebol e Voleibol, assim como nas observações efetuadas nas duas turmas do 12^o ano em todas as matérias lecionadas. Os resultados serão apresentados na forma de tabelas e/ou figuras, de forma a permitir uma melhor visualização das diferentes respostas. Pretendia-se assim, em primeiro lugar, verificar se os professores identificavam uma necessidade de alteração dos critérios de classificação da escola. Posteriormente, foi então apresentada uma proposta de avaliação que se encontrasse adaptada à realidade da escola e que, simultaneamente, respeitasse os princípios inerentes às normas de referência para o sucesso expressas nos PNEF. De seguida, foram comparadas as classificações atribuídas aos alunos, utilizando os critérios de classificação então em vigor na escola e a nova proposta de critérios de classificação apresentada pelo núcleo de estágio, assim como a análise da influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física nas médias de acesso ao ensino superior. Finalmente, foi analisado o conteúdo das entrevistas aos professores aplicadas em setembro de 2014, seis anos após a proposta de critérios de classificação apresentada pelo núcleo de estágio.

5.1 Alunos

Com o objetivo de perceber se os alunos conheciam ou não os critérios de classificação na disciplina de Educação Física, foram aplicados questionários aos alunos do 10^o ao 12^o de escolaridade, tal como foi referido na metodologia. Neste sentido, solicitámos aos alunos do ensino secundário que identificassem os critérios de classificação na disciplina e que indicassem o que teriam de realizar ao longo do ano para obter sucesso (classificação 10).

Após o tratamento dos dados, verificámos que nenhum aluno conseguiu identificar critérios de classificação até então utilizados. De todos os alunos a quem foi aplicado o questionário nenhum referiu as três áreas avaliadas – Atividades Físicas e Desportivas, Aptidão Física e Conhecimentos – nem indicou objetivos específicos a alcançar para a obtenção da nota 10. De um modo geral, os alunos identificaram como critérios a assiduidade, a pontualidade, o empenho, o comportamento, a realização das tarefas solicitadas pelo professor à semelhança do que Redelius e Hay (2001) tinham

comprovado no estudo realizado em 2011, no contexto escolar sueco. Alguns alunos referiram determinadas ponderações para certos parâmetros, contudo, estas não correspondem aos critérios de classificação definidos pelo Departamento de Educação Física.

5.2 Professores

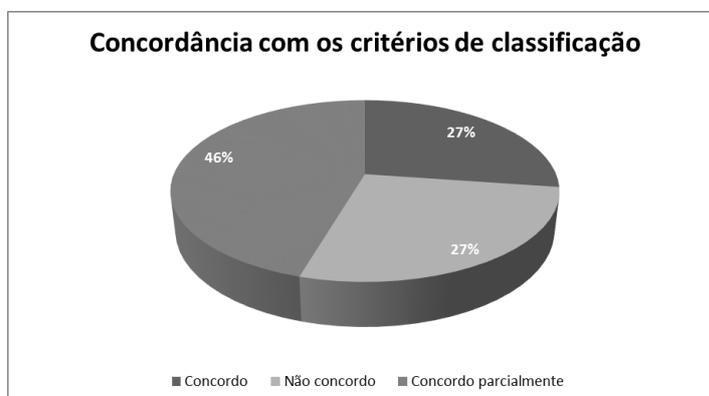
As entrevistas efetuadas aos professores foram examinadas através de uma análise indutiva, tendo-se enumerado as várias unidades de registo e respetiva agregação em categorias e subcategorias. Para cada questão aberta, foram encontradas as respetivas categorias e enunciados os resultados obtidos.

Na questão 1, (Concorda com os atuais critérios de classificação da disciplina de Educação Física?) foram incluídos todos os registos que implicavam representações dos professores sobre os critérios de classificação da escola, e as categorias encontradas foram:

- Concordo
- Não concordo
- Concordo parcialmente

Quando aplicámos esta questão, a maioria dos professores da escola revelou concordar, mas 46% revelaram que concordavam, apenas parcialmente, tal como se apresenta na Figura 1.

Figura 1 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Concorda com os atuais critérios de classificação da disciplina de Educação Física?



Apenas 27% dos professores revelou concordar com esses critérios, portanto a maior percentagem dos professores indicou concordar parcialmente com os critérios em vigor na altura.

Na questão 2, (O que deveria ser alterado nesses critérios?) foram incluídos todos os registos que implicavam considerações dos professores sobre a necessidade de alterações nos critérios de classificação, e as categorias encontradas foram as seguintes:

- Não alterava nada
- Alterava

Na categoria Alterava, foram encontradas as seguintes subcategorias:

- Aptidão Física: todos os registos que indicaram alterações nos parâmetros de avaliação e na forma como era avaliada a aptidão física.
- Atitudes: todos os registos que indicavam a atribuição de uma ponderação neste domínio.
- Ponderações: todos os registos que indicavam a alteração do peso relativo de cada um dos parâmetros de avaliação, ou alterações nas percentagens definidas para os critérios de classificação que vigoravam.
- Avaliação dos alunos com atestado médico: todos os registos que indicavam alterações nos critérios de classificação de alunos com atestados médicos.
- Aferição de critérios nas Atividades Física e Desportivas (AFD): todos os registos que indicavam a necessidade de uniformização dos critérios de classificação entre todos os professores do Departamento de Educação Física
- Adaptações curriculares: todos os registos que indicavam a necessidade de adaptar o currículo de Educação Física.

Os resultados, apresentados na Figura 2, demonstraram que a grande maioria dos professores indicava uma necessidade de efetuar alterações aos critérios de classificação que vigoravam na Escola.

Figura 2 – Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas da questão: O que deveria ser alterado nesses critérios?



Como podemos analisar na figura 2, 87% dos professores revelaram a necessidade de se alterar os critérios. Na Tabela 2, podem observar-se as subcategorias desta questão que representam os fatores que, na opinião dos professores, deveriam sofrer alterações.

Questão	Categorias	Subcategorias	N	%
2	Alterava	Aptidão física	3	18,8%
		Atitudes	1	6,3%
		Ponderações	3	18,8%
		Avaliação dos alunos com atestado médico	1	6,3%
		Aferição de critérios nas AFD	4	24,8%
		Adaptações curriculares	2	12,5%
	Não alterava nada	2	12,5%	

Tabela 2 - Frequência relativa de cada uma das subcategorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão "O que deveria ser alterado nesses critérios?"

Entre os vários aspetos indicados, salientavam-se os que se relacionavam com a Aptidão Física e a necessidade de uniformização de critérios relativos à avaliação das Atividades Físicas e Desportivas. De todos os professores da escola apenas dois (12,5%) consideraram que os critérios de classificação não necessitavam de alterações.

Na questão 3, (Em termos meramente operacionais (da funcionalidade da sua aplicação) quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?) foram incluídos todos os registos que indicavam considerações dos professores acerca da funcionalidade e aplicabilidade dos critérios de classificação que vigoravam na escola e as categorias encontradas foram as seguintes:

- Identifica problemas.
- Não identifica problemas.

Na categoria Identifica problemas, foram encontradas as seguintes subcategorias:

- Compreensão por parte dos alunos: todos os registos que indicavam como principal problema a dificuldade de compreensão dos critérios de classificação, por parte dos alunos da escola.
- Desadequação dos parâmetros de avaliação da Aptidão Física (AF) e das AFD: todos os registos que indicavam como principal problema a desadequação dos critérios de classificação atuais da escola, na área da Aptidão Física, às capacidades/necessidades dos alunos ou na área das AFD.
- Diversidade de matérias a avaliar: todos os registos que indicavam como principal problema o elevado número de matérias a avaliar, durante o ano letivo.
- Inexistência de critérios rigorosos: todos os registos que indicavam como principal problema a falta de uniformização de critérios do domínio afetivo.
- Critérios de classificação insuficientes: todos os registos que indicavam uma dificuldade na atribuição de uma classificação aos alunos face a critérios de classificação pouco claros.

Nesta questão, os resultados demonstraram que quando questionados acerca da operacionalização dos critérios todos os professores, com exceção de um deles (10%), identificaram problemas que necessitavam ser resolvidos, tal como podemos observar na Figura 3.

Figura 3 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Em termos meramente operacionais quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?



Ao verificarmos que os professores identificaram problemas fomos indagar acerca da localização dos mesmos, e neste sentido foram apontados diversos aspetos, sendo identificadas dificuldades fundamentalmente na área das Atividades Físicas e Desportivas e na Aptidão Física, tal como se pode observar na Tabela 3.

Questão	Categorias	Subcategorias	N	%	
3	Operacionalização dos critérios	Identifica problemas	Compreensão por parte dos alunos	1	10,0%
			Desadequação dos parâmetros de avaliação da AF e das AFD	3	30,0%
			Diversidade de matérias a avaliar	1	10,0%
			Inexistência de critérios rigorosos	1	10,0%
			Critérios de classificação insuficientes	3	30,0%
			Não identifica problemas	1	10,0%

Tabela 3 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Em termos meramente operacionais quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?

Os motivos mais referidos relacionaram-se então, com a desadequação dos parâmetros de avaliação no âmbito da Aptidão Física e das Atividades Físicas e Desportivas e com a definição de critérios de classificação pouco rigorosos e insuficientes.

Na questão 4, (Considera que esses critérios se encontram adequados às capacidades dos alunos?) foram incluídos todos os registos que indicavam a adequação ou desadequação dos critérios de classificação que vigoravam naquele momento, às capacidades dos alunos da escola e foram encontradas as seguintes categorias:

- Sim
- Não
- Inconclusivo

Na categoria Não, foram encontradas as seguintes subcategorias:

- Critérios demasiado ou pouco exigentes: todos os registos que indicaram a sobrevalorização ou subvalorização das capacidades dos alunos.
- Desadequação dos parâmetros de avaliação da AF: todos os registos que indicaram uma discrepância entre os parâmetros de avaliação da aptidão física e as capacidades dos alunos.

- Falta de uniformização de critérios nas AFD: todos os registos que indicam a necessidade de uniformização dos critérios de classificação na área das AFD entre todos os professores do Departamento de Educação Física.
- Classificação através de ponderações: todos os registos que indicam a desaprovação face à utilização critérios de classificação construídos com base em ponderações.

A Figura 4 mostra-nos que a grande maioria dos professores (80%), considerou que os critérios de classificação não estavam adequados às capacidades dos alunos da escola, sendo que apenas dois dos 11 professores consideraram os critérios adequados.

Figura 4 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Considera que esses critérios se encontram adequados às necessidades dos alunos?



Neste sentido, quisemos indagar acerca dos motivos que levavam os professores a considerarem estes critérios desadequados, tal como mostra a Tabela 4.

Questão	Categorias	Subcategorias	N	%
4	Sim		2	18,2%
			2	18,2%
	Não	Créditos muito exigentes	2	18,2%
		Desadequação dos parâmetros de avaliação da AF	2	18,2%
		Falta de uniformização de critérios nas AFD	2	18,2%
		Classificação através de ponderações	1	9,1%
	Inconclusivo		2	18,2%

Tabela 4 - Frequência relativa de cada uma das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: “Considera que esses critérios se encontram adequados às necessidades dos alunos?”

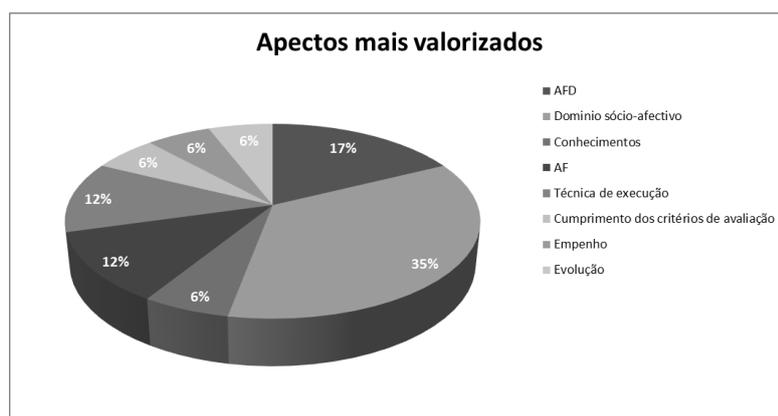
Foram vários os motivos apontados pelos professores para esta desadequação dos critérios, tendo sido os mais referenciados os que apontavam para critérios muito exigentes e desadequação dos parâmetros de avaliação no âmbito da Aptidão Física.

Na questão 5, (Quais os aspetos que mais valoriza na avaliação?) foram incluídos todos os registos que indicavam os aspetos mais valorizados pelos professores de Educação Física no que respeita à obtenção de sucesso na disciplina e foram identificadas as seguintes categorias:

- Atividades Físicas e Desportivas
- Atitudes
- Conhecimentos
- Aptidão Física
- Técnica de execução
- Cumprimento dos critérios de classificação
- Progressão

Os resultados obtidos nesta questão indicaram que os professores deram respostas bastante diferentes, não havendo consenso acerca do que deveria ser mais valorizado na avaliação, tal como se apresenta na Figura 5.

Figura 5 - Frequência relativa das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à questão: Quais os aspetos que mais valoriza na avaliação?



Os professores apresentaram opiniões um pouco divergentes relativamente ao que deverá ser mais valorizado na avaliação. No entanto, a categoria das atitudes foi a mais referenciada, seguida do desempenho dos alunos nas Atividades Físicas e Desportivas.

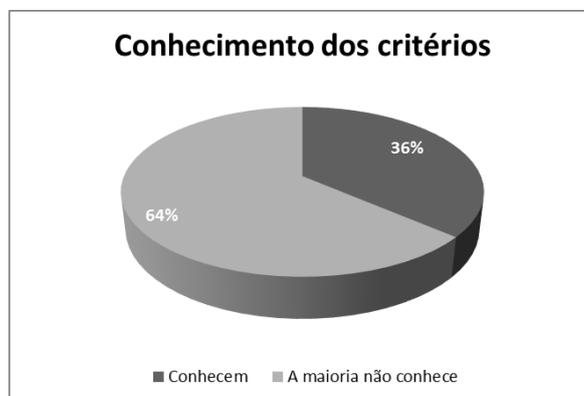
Este aspeto tinha já sido apurado por Araújo (2002), mas relativamente aos alunos do ensino básico.

Na questão 6, (Os alunos conhecem os critérios?) foram incluídos todos os registos que implicavam a perceção dos professores acerca da apropriação dos critérios de classificação por parte dos alunos e foram identificadas as seguintes categorias:

- Conhecem
- A maioria não conhece
- Conhecem mas não estão interiorizados
- São divulgados

Como se pode constatar através da figura 6, grande parte dos professores considerou que a maioria dos alunos não conhece os critérios de classificação da disciplina de Educação Física. Verificou-se, contudo, uma pequena percentagem de professores (36%) que referiu que os seus alunos conhecem os critérios de classificação, facto que não foi corroborado pelos resultados obtidos nos questionários aplicados aos alunos.

Figura 6 - Frequência relativa de cada uma das categorias encontradas pela análise indutiva das respostas à seguinte questão: Os alunos conhecem os critérios?



A maioria dos professores (64%) referiu que, apesar de uma grande percentagem de alunos não conhecer os critérios de classificação, estes eram sempre divulgados, podendo ser consultados no *site* da escola ou da disciplina. No entanto, nada nos discursos nos indicava se os professores faziam um trabalho de explicitação dos critérios de classificação de forma a permitir a sua consciencialização por parte dos alunos.

Após a análise dos questionários aplicados aos alunos e das entrevistas realizadas aos professores foi possível verificar que parecia existir uma intenção de alteração nos

critérios de classificação da disciplina de Educação Física, por parte dos professores. Por outro lado, o desconhecimento dos critérios de classificação por parte dos alunos demonstrou também uma necessidade de alteração. Os resultados pareciam indicar que os critérios não eram suficientemente explícitos e claros para os alunos, visto que, apesar de lhes terem sido transmitidos, não eram conhecidos nem apreendidos pelos mesmos, não permitindo assim uma participação efetiva na sua própria avaliação, nem uma progressão na sua aprendizagem. Por outro lado, a maioria dos professores expressou algum desacordo com os critérios utilizados até então, tendo identificado diversos problemas ao nível da sua aplicabilidade e revelando mesmo uma necessidade de proceder a determinadas alterações, nomeadamente ao nível da uniformização e aferição de critérios de classificação nas Atividades Físicas e Desportivas e nas ponderações atribuídas às três áreas avaliadas.

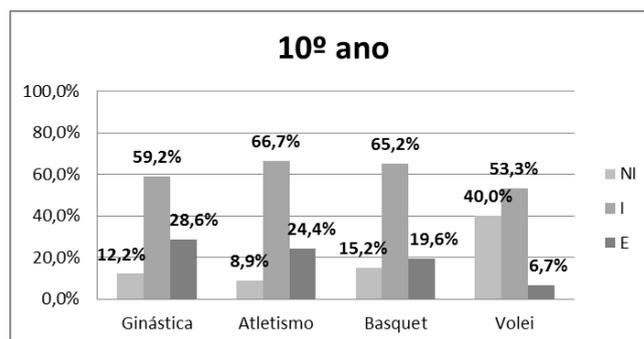
5.3 Observações para determinação do nível de desempenho dos alunos

Foram efetuadas observações a duas turmas de cada ano de escolaridade da escola para determinar o nível inicial dos alunos. As matérias observadas foram o Basquetebol, o Voleibol, a Ginástica de Solo e o Atletismo. Com estas observações pretendia-se a recolha de informações com vista ao estabelecimento de critérios de classificação.

As observações efetuadas pretendiam assim, aferir o nível médio dos alunos da escola e para isso foi identificado o nível dos alunos das turmas observadas em NI (nível abaixo do Introdutório), I (Introdutório) e E (Elementar). O nível Avançado não foi considerado uma vez que seria impossível determiná-lo tendo em conta as poucas observações efetuadas, assim como as condições de prática a que os alunos estão sujeitos. Nem os recursos materiais nem os humanos permitiam aos alunos com nível mais elevado demonstrar todo o seu potencial. Como forma de orientar as observações foram utilizadas as fichas de observação constantes no protocolo de avaliação inicial construído e utilizado pelo núcleo de estágio.

As turmas de 10^o ano observadas registaram os resultados que se observam nas seguintes figuras. Analisando a figura 7, foi possível identificar que, em todas as matérias observadas, o nível médio dos alunos foi o Introdutório.

Figura 7 - Resultados das observações nas turmas do 10º ano



Em relação à Ginástica verificámos que, apesar da maioria dos alunos se encontrar no nível Introdutório, existia um número considerável de alunos no nível Elementar. Este facto foi destacado quando comparado com as restantes matérias onde o número de alunos no nível Elementar foi inferior ao registado na Ginástica. O Atletismo foi a matéria na qual existiu um menor número de alunos abaixo do nível Introdutório, identificando-se a grande maioria no Introdutório. Nos desportos coletivos observados existia uma maior percentagem de alunos no nível Introdutório, no entanto, foi no Voleibol que se registou um maior número de alunos abaixo do nível Introdutório e um menor número de alunos no nível Elementar.

Após a recolha de todos os resultados procedemos à comparação do melhor nível observado, com o nível definido nos PNEF, tal como se apresenta no Quadro 1.

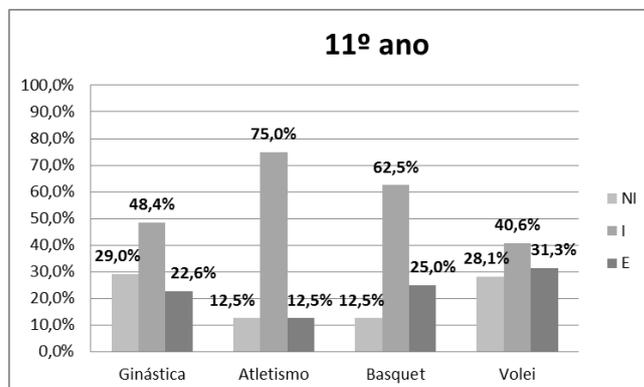
Quadro 1 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 10º ano

Matérias	Nível dos PNEF	Nível observado
Ginástica de Solo	Parte do Avançado	Elementar
Atletismo	Parte do Avançado	Elementar
Basquetebol	Parte do Avançado	Elementar
Voleibol	Parte do Avançado	Elementar

No 10º ano, atenuavam-se as diferenças entre os níveis da escola e os níveis dos programas. Tendo em consideração que as observações foram realizadas no início do segundo período, seria possível para alguns alunos alcançar os objetivos definidos nos programas até ao final do ano letivo.

As observações efetuadas nas turmas do 11^o ano revelaram os resultados apresentados de seguida na Figura 8.

Figura 8 - Resultados das observações nas turmas do 11^o ano



Como podemos observar, uma vez mais, o nível Introdutório foi dominante em todas as matérias. A Ginástica e o Voleibol foram as matérias onde existiam mais alunos abaixo do nível Introdutório, sendo curioso o facto de ser no Voleibol que se registava também o maior número de alunos no nível Elementar. Sendo assim, observámos uma distribuição uniforme dos alunos pelos três níveis no Voleibol (tendo-se verificado uma prevalência de alunos no nível Introdutório), enquanto no Atletismo, existia uma predominância clara de alunos no nível Introdutório, registando-se os valores mais baixos no nível Introdutório e Elementar. No Basquetebol, os alunos apresentavam-se maioritariamente no nível Introdutório, registando-se também um valor elevado de alunos no nível Elementar. Desta forma, pudemos constatar que era nos desportos coletivos que se denotava um maior número de alunos no nível Elementar.

De seguida comparámos o nível dos alunos do 11^o ano da escola em cada uma das matérias observadas e o nível sugerido nos PNEF para o mesmo ano letivo e nas mesmas matérias observada, tal como se descreve no Quadro 2.

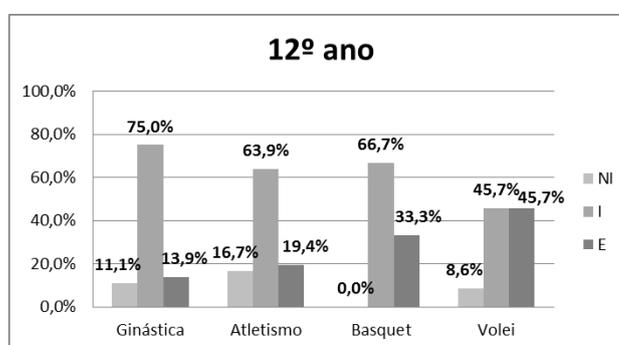
Quadro 2 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 11^o ano

Matérias	Nível dos PNEF	Nível observado
Ginástica de Solo	Avançado	Elementar
Atletismo	Avançado	Elementar
Basquetebol	Avançado	Elementar
Voleibol	Avançado	Elementar

As observações efetuadas aos alunos do 11º ano da Escola Secundária Pedro Nunes revelaram que o melhor nível dos mesmos em todas as matérias definidas era o Elementar. Estes resultados, apesar de não se distanciarem consideravelmente das orientações dos PNEF, revelar-se-iam inatingíveis para os alunos da escola, visto que implicaria a concretização de todos os objetivos do nível seguinte (Avançado).

Os resultados das observações efetuadas às turmas do 12º ano apresentam algumas diferenças face ao 10º e 11º ano de escolaridade, tal como se apresenta na Figura 9.

Figura 9 - Resultados das observações nas turmas do 12º ano



Na figura 9 podemos constatar que, nas matérias observadas, o nível médio dos alunos foi o Introdutório, à exceção do Voleibol que apresentava o mesmo número de alunos no nível Introdutório e no nível Elementar. Os desportos coletivos (Basquetebol e Voleibol) apresentavam valores muito reduzidos de alunos abaixo do nível Introdutório, registando também valores bastante elevados de alunos no nível Elementar. No caso da Ginástica e do Atletismo foi evidente a prevalência de alunos no nível Introdutório.

Procurando comparar os resultados das observações efetuadas com as orientações dos PNEF construímos o quadro seguinte.

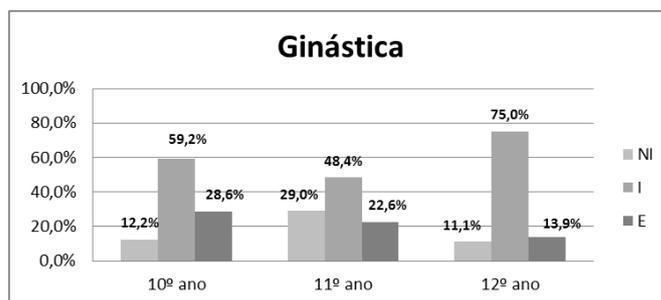
Quadro 3 - Divergências entre os níveis observados e os níveis definidos pelos PNEF para o 12º ano

Matérias	Nível dos PNEF	Nível observado
Ginástica de Solo	Avançado	Elementar
Atletismo	Avançado	Elementar
Basquetebol	Avançado	Elementar
Voleibol	Avançado	Elementar

Tal como observámos no 11º ano, o melhor nível dos alunos observado na Escola Secundária Pedro Nunes nas turmas do 12º ano foi o Elementar. Mais uma vez, a situação foi semelhante à identificada no 11º ano pelo que seria difícil a concretização de todos os objetivos definidos pelo programas.

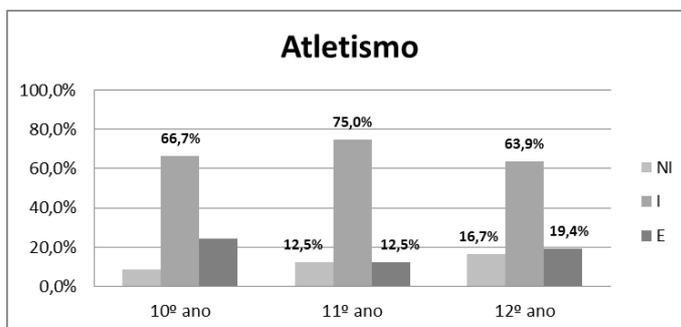
Após a análise dos resultados obtidos em cada um dos anos de escolaridade procurámos agora analisar os resultados obtidos em cada uma das matérias (Figura 10).

Figura 10 - Resultados das observações da Ginástica de Solo em todas as turmas



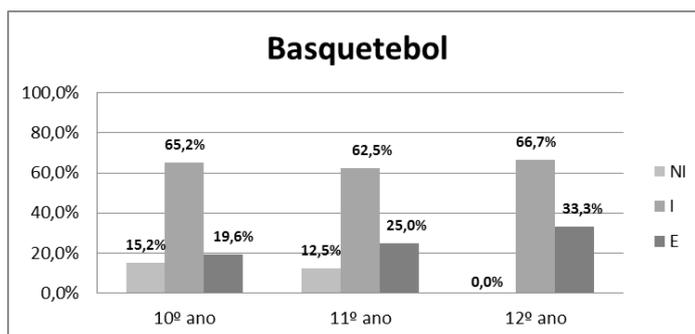
A Figura 10 demonstra que, na Ginástica de Solo, o número de alunos abaixo do nível Introdutório oscilava desde o 10º ano ao 12º ano, tendo-se verificado um aumento no 11º ano. No entanto, o número de alunos neste nível demonstrou ser bastante reduzido no 12º ano o que poderá estar diretamente relacionado com as boas condições proporcionadas pela escola para a prática desta matéria. No caso do nível Elementar registou-se um decréscimo nos níveis observados desde o 10º ano até ao 12º ano. Esta situação poderá estar associada ao desenvolvimento músculo-esquelético dos alunos nesta faixa etária que provoca um decréscimo de algumas das capacidades físicas, por exemplo a flexibilidade. De seguida analisaremos o Atletismo (Figura 11).

Figura 11 - Resultados das observações do Atletismo em todas as turmas



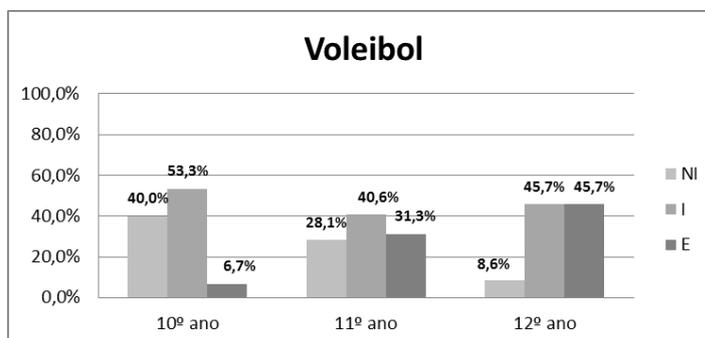
Observa-se na Figura 11 que existia alguma oscilação, ao longo dos vários anos de escolaridade, do número de alunos no nível Elementar. Por outro lado, existia uma predominância de alunos no nível Introdutório ao longo dos anos de escolaridade. No entanto, o número de alunos que se encontravam abaixo do nível Introdutório aumentava desde o 10º ano até ao 12º ano.

Figura 12 - Resultados das observações do Basquetebol em todas as turmas



Relativamente ao Basquetebol, foi possível observar que a partir do 10º ano existia uma diminuição progressiva do número de alunos abaixo do nível Introdutório, terminando no 12º ano com nenhum aluno abaixo deste nível. Numa situação oposta, encontramos os valores relacionados com o número de alunos no nível Elementar que aumentaram desde o 10º ano até ao 12º ano, registando-se valores acima dos 30%. Comparando com a Ginástica de Solo e o Atletismo, no Basquetebol os alunos apresentavam níveis de desempenho claramente superiores.

Figura 13 - Resultados das observações do Voleibol em todas as turmas



Tal como no Basquetebol, o número de alunos no nível Elementar apresentava uma evolução positiva, verificando-se valores muito próximos dos 50% no 12º ano. Por outro

lado, o número de alunos abaixo do nível Introdutório apresentava uma evolução negativa.

5.4 Atividades Físicas e Desportivas

Analisando todos os resultados das observações efetuadas foi construída a Tabela 5, procurando ajustar as referências para o sucesso descritas nos PNEF à realidade da Escola Secundária Pedro Nunes.

		10º Ano	11º Ano	12º Ano
0-6	Atividades Físicas	0 Níveis I	0 Níveis I	0 Níveis I
		4 Níveis I	4 Níveis I	5 Níveis I
7-9	Atividades Físicas			
10-13	Atividades Físicas	7 Níveis I	6 Níveis I	5 Níveis I + 1 Níveis E
14-16	Atividades Físicas	7 Níveis I + 1 Nível E	3 Níveis I + 3 Níveis E	2 Níveis I + 4 Níveis E
17-20	Atividades Físicas	2 Níveis I + 6 Níveis E	6 Níveis E	5 Níveis E + 1 Nível A

Tabela 5 - Proposta de avaliação para as atividades físicas para o ensino secundário

Relativamente aos critérios para o ensino secundário, foram seguidas as orientações dos PNEF no que respeita ao 11º e 12º ano, considerando a avaliação das 6 melhores matérias de cada aluno em cada um dos anos de escolaridade. As matérias avaliadas tinham de respeitar as categorias enunciadas nos PNEF, correspondendo a dois Desportos Coletivos, uma Ginástica ou um Atletismo, uma Dança e duas da categoria Outras. No 10º ano, foi utilizada uma estratégia diferente, avaliando as 8 melhores matérias de cada aluno, pelo facto de este ser um ano de revisão onde os alunos deveriam consolidar um grande número de matérias. Sendo assim, as matérias avaliadas teriam de respeitar as categorias já definidas para o ensino básico, isto é, duas matérias da categoria A (Desportos coletivos), duas da categoria B (Ginástica), uma da categoria C (Atletismo), uma da categoria E (Dança), uma matéria da categoria F (Raquetas) e finalmente uma da categoria D (Patinagem) ou uma da categoria G (Outras). A opção

pela definição de intervalos nos critérios de classificação para o ensino secundário surgiu por se considerar fundamental que o professor tenha alguma autonomia na atribuição das classificações, podendo assim distinguir alunos com o mesmo nível de execução nas atividades físicas e desportivas mas com diferentes características a outros níveis.

Quanto ao 10º ano, para que um aluno obtivesse sucesso na disciplina de Educação Física teria de demonstrar 7 níveis Introdutórios nas 8 melhores matérias avaliadas (para cada aluno). Esta opção permitia que um aluno obtivesse sucesso mesmo que nas 8 melhores matérias avaliadas se verificasse uma onde o aluno estivesse abaixo do nível Introdutório, o que era justificado pelo elevado número de alunos com nível abaixo do Introdutório que foram registados nas observações efetuadas. Para além desta situação, foi necessário ter em consideração o facto de muitos alunos terem iniciado o seu percurso nesta escola no 10º ano tendo estado sujeitos a condições de trabalho e formas de organização e exigência completamente distintas. Quanto à definição do limite máximo foi indicado um intervalo entre o 17 e o 20, onde os alunos teriam de apresentar 2 níveis Introdutório e 6 níveis Elementar, nas 8 melhores matérias avaliadas (de cada aluno), para atingir este patamar. Este elevado número de níveis Elementar era justificado pelos resultados das observações efetuadas que demonstravam que, das quatro matérias observadas todas apresentavam uma percentagem significativa de alunos com nível Elementar.

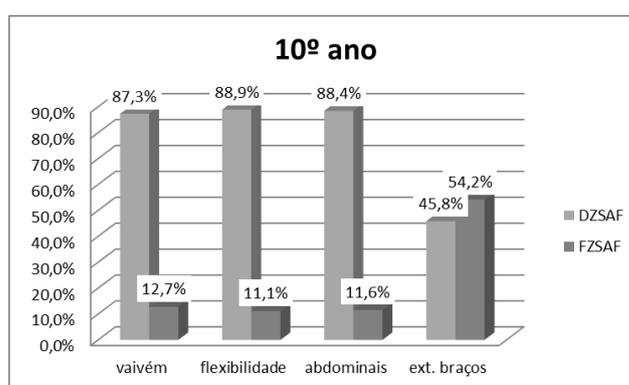
Em relação ao 11º ano, as observações revelaram uma diminuição clara do número de alunos abaixo do nível Introdutório, pelo que considerámos que as condições para obter sucesso seriam 6 níveis Introdutório, nas 6 matérias avaliadas. Para atingir o limite máximo, ou seja, o intervalo entre o 17 e o 20, os alunos deveriam cumprir o nível Elementar nas 6 matérias.

Finalmente, no caso do 12º ano de escolaridade, a lógica utilizada foi semelhante, tendo-se verificado com as observações que a percentagem de alunos com nível Elementar tinha aumentado bastante, especialmente nos desportos coletivos, o que resultou na definição de 5 matérias com nível Introdutório e 1 matéria com nível Elementar para obter sucesso na disciplina. Quanto à definição do intervalo máximo (17 a 20) considerámos que só o aluno que apresentasse nível Elementar em 5 matérias e uma matéria com nível Avançado poderia estar incluído neste patamar classificativo.

5.5 Aptidão Física

Os resultados obtidos pelos alunos da escola nos quatro testes do *Fitnessgram* (vaivém, abdominais, extensões de braços e senta e alcança) foram introduzidos em suporte informático pelos professores no final do ano letivo 2006/2007. Após o levantamento destes dados, apresentam-se nas figuras seguintes a relação entre o número de alunos dentro e fora da zona saudável de aptidão física. Na Figura 14, podemos constatar os resultados alcançados pelos alunos do 10º ano nos testes de Aptidão Física realizados.

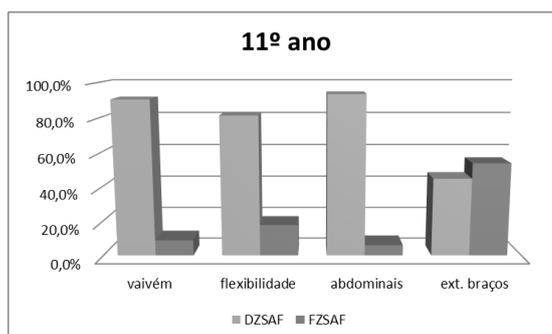
Figura 14 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 10º ano



Como podemos observar, verificava-se uma elevada percentagem de alunos dentro da zona saudável na maioria dos testes de aptidão física e conseqüentemente uma ligeira descida na percentagem de alunos fora destes limites. Foi no teste das extensões de braços que se verificou uma maior percentagem de alunos fora da zona saudável, sendo esta bastante superior à dos restantes testes.

A Figura 15 apresenta os resultados reunidos pelos alunos do 11º ano face à aplicação dos mesmos testes e os resultados são muito semelhantes aos que foram verificados para o 10º ano de escolaridade.

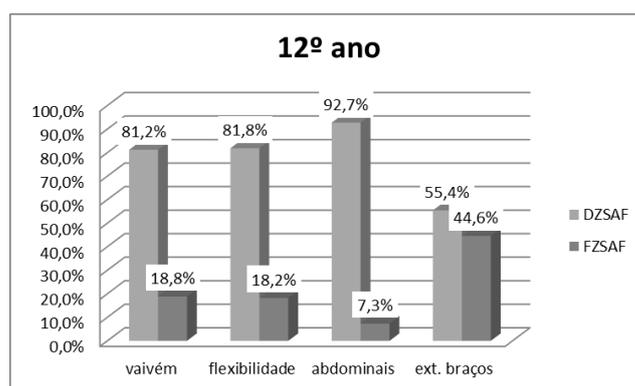
Figura 15 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 11º ano



Foi possível constatar que, apesar de os resultados serem semelhantes, registava-se um ligeiro aumento do número de alunos dentro da zona saudável na maioria dos testes, à exceção do teste de flexibilidade que apresentava uma pequena diminuição.

A Figura 16 indica os resultados que foram reunidos tendo em conta o desempenho dos alunos do 12º ano de escolaridade.

Figura 16 - Resultados dos testes de aptidão física nas turmas do 12º ano



Nestes resultados era possível observar uma ligeira redução do número de alunos dentro da zona saudável na maioria dos testes. No entanto, a percentagem de alunos dentro da zona saudável no teste das extensões de braços era ligeiramente superior ao número de alunos fora desta zona.

Depois de analisados os resultados dos alunos do 10º ano ao 12º ano de escolaridade, foi possível concluir que se verificava a existência de alunos fora da zona saudável nos quatro testes de aptidão física e em todos os anos de escolaridade. No teste das extensões de braços, as percentagens de alunos fora da zona saudável aproximavam-se dos 50% em todos os anos de escolaridade em estudo. Neste sentido, considerámos que as referências para o sucesso na área da aptidão física não poderiam ser definidas conforme indicado nos PNEF, ou seja, a obtenção de resultados dentro da zona saudável em todos os testes do Fitnessgram. Desta forma, ponderando a importância destas qualidades físicas para o desenvolvimento de uma vida saudável, considerámos que, para um aluno do 10º ano obter sucesso na área da Aptidão Física, teria de apresentar-se dentro da zona saudável em dois dos testes efetuados, tendo em conta que muitos alunos iniciavam o seu percurso nesta escola apenas neste primeiro ano do ensino secundário. No caso do 11º e 12º anos de escolaridade as condições para obter sucesso aumentavam para os três testes dentro da zona saudável. As opções tomadas para a

definição dos critérios de classificação da Aptidão Física pretendiam ajustar-se aos resultados evidenciados pelos alunos da escola, mas também procuravam implementar uma lógica de desenvolvimento e progresso nesta área. Desta forma, seria fundamental que os resultados dos alunos fossem analisados anualmente, procurando uma evolução no desempenho dos mesmos.

Para que estes critérios pudessem ser cumpridos e de modo a que existisse coerência e validade nos resultados dos quatro testes aplicados, deviam ser respeitados os protocolos de cada um dos testes, explicitados no programa do *Fitnessgram*. Tal procedimento permitia que existisse uma uniformidade na aplicação dos testes.

5.6 Conhecimentos

No que diz respeito à avaliação dos conhecimentos considerámos que deveria ser mantida a lógica dos programas, ou seja, os alunos deveriam apenas revelar os conhecimentos definidos pelo Departamento de Educação Física relativos aos objetivos do programa de cada ano de escolaridade. O programa foi elaborado pelos professores de Educação Física da Escola. A avaliação destes conteúdos era da responsabilidade do professor que poderia recorrer a testes de avaliação, trabalhos escritos, fichas de trabalho, ou outros instrumentos. Independentemente dos instrumentos utilizados, o aluno só poderia ter apreciação positiva na disciplina de Educação Física se a classificação obtida fosse superior a 10 valores.

5.7 Critérios de Classificação

Depois de analisados e interpretados todos os dados recolhidos, foram assim definidos os critérios de classificação para cada uma das três áreas de avaliação: Atividades Físicas e Desportivas, Aptidão Física e Conhecimentos. A Tabela 6 apresenta as conclusões obtidas nas três áreas de avaliação para o Ensino Secundário, constituindo assim a proposta de critérios de classificação apresentada para este ciclo de escolaridade.

		10º Ano	11º Ano	12º Ano
0-5	Atividades Físicas	0 Níveis I	0 Níveis I	0 Níveis I
6-9	Atividades Físicas	4 Níveis I	4 Níveis I	5 Níveis I
10-13	Atividades Físicas	7 Níveis I	6 Níveis I	5 Níveis I + 1 Níveis E
	Aptidão Física	2 testes ZS	3 testes ZS	3 testes ZS
	Conhecimentos	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10
14-16	Atividades Físicas	7 Níveis I + 1 Nível E	3 Níveis I + 3 Níveis E	2 Níveis I + 4 Níveis E
	Aptidão Física	2 testes ZS	3 testes ZS	3 testes ZS
	Conhecimentos	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10
17-20	Atividades Físicas	2 Níveis I + 6 Níveis E	6 Níveis E	5 Níveis E + 1 Nível A
	Aptidão Física	2 testes ZS	3 testes ZS	3 testes ZS
	Conhecimentos	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10	Nota ≥ 10

Tabela 6- Proposta de critérios de classificação para o Ensino Secundário

5.8 Avaliações intermédias

Esta proposta de critérios de classificação relacionava-se apenas com as classificações de final de ano ou ciclo. Tornava-se então, importante definir como se devia proceder à avaliação intermédia, isto é, a avaliação no primeiro e segundo períodos. Estas avaliações/classificações decorrem diretamente dos objetivos intermédios definidos após ter sido efetuado o planeamento anual e terem sido definidos os objetivos para cada aluno para o final do ano letivo (prognóstico). Sendo assim, depois de definidos os objetivos finais, prognostica-se a classificação do aluno para o final do ano. Desta forma, quando são definidos os objetivos intermédios (para o primeiro e segundo períodos) procura-se uma progressão para alcançar os objetivos finais. Neste sentido, as classificações atribuídas no primeiro e segundo períodos derivam diretamente do facto do aluno ter alcançado os objetivos intermédios estipulados. Caso os objetivos intermédios tivessem sido alcançados, a classificação do aluno corresponderá ao prognóstico efetuado para o final do ano letivo. Se os objetivos intermédios não fossem alcançados a classificação do aluno seria inferior ao prognóstico estipulado para o final do ano letivo e

o professor deverá reajustar todo o seu prognóstico para aquele aluno. Vejamos então na Tabela 7, um exemplo da classificação de um aluno do 11^o ano no final do primeiro período, que era demonstrativo desta situação.

	Prognóstico final ano letivo	Objetivos intermédios 1^o período	Avaliação formativa 1^o período
Futebol	I	PI	PI
Voleibol	I	I	I
Andebol	I	PI	PI
Basquetebol	E	PE	PE
Atletismo	I	PI	PI
Badminton	E	PE	PE
G.solo	E	PE	PE
G.aparelhos	I	PI	PI
Dança	I	PI	PI
Aptidão Física	3 testes DZS	2 teste DZS	2 teste DZS
Conhecimentos	>10	>10	>10
Classificação	3I, 3E 14-16	---	14, 15 ou 16

Tabela 7 - Exemplo de uma avaliação intermédia de um aluno do 11^o ano

Como se pode verificar, os objetivos intermédios foram definidos em função dos objetivos terminais tendo o aluno alcançado, durante a avaliação formativa do primeiro período, todas as metas estipuladas. Sendo assim, a classificação prognosticada para o final do ano era confirmada no final do primeiro período.

5.9 Comparação entre critérios de classificação

A apresentação dos novos critérios de classificação teve como objetivo facilitar as avaliações dos professores e torná-las mais objetivas. Neste sentido, seria importante verificar as principais diferenças, em termos operacionais e funcionais, entre os critérios de classificação em vigor na Escola Secundária Pedro Nunes e a proposta elaborada pelo núcleo de estágio de 2007/2008, para novos critérios de classificação. Na Tabela 8

que se encontra abaixo, pretendemos sistematizar essas diferenças através da avaliação (fictícia) de um aluno utilizando os dois protocolos de avaliação sumativa.

João Ribeiro (11º ano de escolaridade) – 16 anos				
Áreas	Categorias	Matérias	CrITÉrios escola	Proposta estágio
Atividades Físicas	Cat. A	Futebol	9	PI
		Voleibol	12	I
		Andebol	9	PI
		Basquetebol	13	I
	Cat. B	G. Solo	11	I
		G. Aparelhos	11	I
		G. Acrobática	12	PI
	Cat. C	Atletismo	9	PI
	Cat. E	Dança	15	I
	Cat. F	Badminton	16	I
Cat. G	Luta	13	I	
	Classif. Atividades Físicas		12	13
Aptidão Física		Vaivém	61 – 10v	DZS
		Abdominais	45 – 13v	DZS
		Ext. de braços	14 – 7v	FZS
		Flexibilidade	30 – 12v	DZS
		Nota Aptidão Física	$(10+13+7+12)/4= 11$	13
Conhecimentos		Teórica	Suficiente (10 valores)	Suficiente (10 v)
		Nota Conhecimentos	10	13
Classificação final		$70\% \text{ Atv. F}(8,4)+15\% \text{ AF}(1,65)+15\% \text{ C}(1,5)$	= 12	13

Tabela 8 - Comparação entre os dois tipos de critérios de classificação estudados

Utilizando os dois protocolos de avaliação para classificar o aluno (fictício) foi possível verificar que o resultado final se encontrava dentro do mesmo intervalo, ou seja, a classificação final do aluno seria semelhante utilizando os critérios da escola ou a nova proposta de critérios de classificação. No entanto, como pudemos averiguar, os critérios

utilizados pela escola tornavam-se um pouco ambíguos no que respeita à classificação atribuída às atividades físicas, uma vez que não definiam parâmetros de avaliação objetivos. Estes critérios tornavam-se também bastante complexos na atribuição da classificação da aptidão física, bem como no cálculo da classificação final do aluno. Os novos critérios de classificação propostos procuravam facilitar a classificação dos alunos.

Para tornar mais objetiva esta comparação entre os dois métodos de avaliação, foram feitas observações em três turmas do 12º ano com o intuito de classificar os alunos adotando a proposta de critérios de classificação apresentada pelo núcleo de estágio. Estas observações foram efetuadas utilizando uma ficha de registo para cada matéria observada, onde se encontravam os objetivos que os alunos deveriam demonstrar para lhes ser atribuído o nível Introdutório, Elementar ou Avançado. As matérias observadas em cada turma foram diferenciadas, uma vez que cada professor fez as suas opções de trabalho ao longo do ano letivo em função das necessidades dos alunos. As classificações atribuídas através da proposta apresentada foram posteriormente confrontadas com as classificações atribuídas pelo professor da disciplina utilizando os critérios de classificação que vigoravam na Escola Secundária Pedro Nunes no nosso ano de estágio. Os professores das turmas observadas, (12ºH) (12ºC e 12ºE), afirmaram ter classificado os alunos com base nos critérios em vigor na Escola (70% para as Atividades Físicas, 15% para a Aptidão Física e 15% para os Conhecimentos). A classificação final era calculada através da média das classificações atribuídas a cada matéria avaliada.

As tabelas seguintes apresentam as classificações atribuídas aos alunos através da proposta de critérios de classificação apresentada pelo núcleo de estágio e as classificações atribuídas pelos professores através dos critérios de classificação em vigor na Escola. Na Tabela 9 são enunciados os resultados obtidos na turma 12º C onde, como podemos facilmente observar as classificações atribuídas aos alunos pelo professor da turma utilizando os critérios que vigoravam na Escola estavam, na sua maioria, dentro do intervalo classificativo atribuído na nova proposta de critérios de classificação.

12º C		
Aluno	Critérios que vigoravam	Proposta para novos critérios
1	18	(17 a 20) 20
2	18	(17 a 20) 19
3	17	(17 a 20) 19
4	17	(17 a 20) 18
5	15	(14 a 16) 16
6	16	(14 a 16) 16
7	15	(14 a 16) 16
8	14	(10 a 13) 13
9	14	(10 a 13) 13
10	11	(10 a 13) 13
11	13	(10 a 13) 13
12	14	(10 a 13) 13
13	14	(14 a 16) 16

Tabela 9 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º C

Foram encontradas algumas exceções, nomeadamente os alunos nºs 8, 9 e 12 cuja classificação utilizando os critérios que vigoravam na época, estava acima (1 valor) do intervalo classificativo atribuído nos novos critérios de classificação. Todos os restantes alunos apresentavam-se em patamares classificativos superiores através da utilização dos novos critérios de classificação, existindo apenas quatro alunos (nº1, 3, 11, 13) que apresentavam subidas de 2 valores na classificação. Nesta turma, dos treze alunos avaliados, oito aumentaram a sua classificação com os novos critérios de classificação.

Na Tabela 10 apresentámos os resultados obtidos para a turma 12º E onde, as classificações atribuídas pelo Professor utilizando os critérios de classificação que vigoravam na Escola, estavam, na sua maioria dentro do intervalo classificativo atribuído pela proposta para novos critérios de classificação.

12º E		
Aluno	CrITÉrios que vigoravam	Proposta para novos crITÉrios
1	12	(10 a 13) 13
2	13	(14 a 16) 16
3	14	(14 a 16) 16
4	13	(10 a 13) 13
5	17	(17 a 20) 19
6	16	(14 a 16) 16
7	12	(10 a 13) 13
8	13	(10 a 13) 13
9	14	(14 a 16) 16
10	15	(14 a 16) 16
11	14	(14 a 16) 16
12	11	(10 a 13) 13
13	13	(10 a 13) 13
14	14	(10 a 13) 13
15	17	(17 a 20) 18
16	14	(14 a 16) 16
17	15	(14 a 16) 16
18	17	(17 a 20) 19

Tabela 10 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º E

Nesta turma registaram-se apenas duas exceções, o aluno nº 14 que apresentava uma classificação superior (1 valor) do que o intervalo classificativo que lhe foi atribuído e o aluno nº2 que apresentava uma classificação inferior (1 valor) ao intervalo classificativo que lhe foi atribuído. No entanto, os restantes alunos apresentavam classificações superiores (apesar de se encontrarem dentro do mesmo intervalo) com a utilização dos novos critérios de classificação. Os alunos nº3, 5, 9, 11, 12, 16 e 18 registavam, com os novos critérios de classificação, diferenças de 2 valores na classificação.

Na turma do 12ºE, treze alunos, dos dezoito que foram avaliados, aumentariam a sua classificação com a utilização dos novos critérios de classificação, tal como se apresenta na Tabela 11.

12º H		
Aluno	Critérios que vigoravam	Proposta para novos critérios
1	13	(10 a 13) 13
2	13	(10 a 13) 13
3	14	(10 a 13) 13
4	15	(14 a 16) 16
5	12	(10 a 13) 13
6	13	(10 a 13) 13
7	13	(10 a 13) 13
8	16	(14 a 16) 16
9	16	(14 a 16) 16
10	15	(14 a 16) 16
11	16	(14 a 16) 16

Tabela 11 - Comparação entre as classificações atribuídas aos alunos do 12º E

Mais uma vez, a maioria dos alunos da turma, apresentava classificações que estavam incluídas nos intervalos classificativos atribuídos através da nova proposta de critérios de classificação. A única exceção é o aluno nº3 que apresentava uma classificação superior (1 valor) à que lhe foi atribuída através dos novos critérios de classificação. Os restantes alunos apresentavam classificações superiores (apesar de se encontrarem dentro do mesmo intervalo) com a utilização dos novos critérios de classificação. Dos onze alunos avaliados nesta turma, três teriam aumentos na sua classificação utilizando os novos critérios de classificação.

No conjunto das três turmas analisadas (quarenta e dois alunos) foram identificados cinco alunos (12%) que obteriam classificações inferiores com a utilização dos novos critérios de classificação. Por outro lado verificámos que vinte e quatro alunos (57%) teriam aumentos na sua classificação, com os novos critérios de classificação ajustados às referências dos PNEF. Sendo assim, podemos afirmar que a proposta para critérios de

classificação apresentada traria vantagens, em termos quantitativos, para os alunos, uma vez que mais de cinquenta por cento aumentariam a sua classificação.

Em termos globais, a média das classificações atribuídas através dos novos critérios de classificação seria superior (15,2 valores) à média das classificações atribuídas com os critérios que vigoravam na escola (14,4 valores). Este aumento era de quase 1 valor. Se verificarmos este aspeto em cada uma das turmas isoladamente poderíamos observar que os resultados seriam os mesmos, ou seja, a média das classificações atribuídas através dos novos critérios de classificação era sempre superior.

No geral, pudemos verificar que as classificações atribuídas aos alunos através da nova proposta de critérios de classificação seriam mais elevadas, como se apresenta na Tabela 12, uma vez que se verificavam 55,8% de classificações acima de 15 valores, enquanto utilizando os critérios de classificação que vigoravam apenas 27,9% das classificações seriam acima deste valor.

	Classificação PNEF (%)	Classificação Professor (%)
11	---	4,8
12	---	7,1
13	42,8	21,4
14	---	23,8
15	---	14,3
16	40,5	11,9
17	---	11,9
18	4,8	4,8
19	9,5	---
20	2,4	---

Tabela 12 - Frequência absoluta e relativa das classificações atribuídas

Verificámos também que a classificação mais baixa era superior com a utilização dos novos critérios de classificação (13 valores) assim como a classificação mais elevada (20 valores).

Desta forma, podemos afirmar que a proposta apresentada para novos critérios de classificação na Escola Secundária Pedro Nunes parecia apresentar grandes vantagens, não só em termos de operacionalização, uniformização e funcionalidade dos critérios de classificação, mas fundamentalmente traduzia-se em vantagens classificativas para os alunos.

Os resultados evidenciados nas Tabelas 13 e 14 que se encontram abaixo, identificam que, em termos estatísticos ($p < .05$), existiam diferenças significativas entre as classificações obtidas nas duas amostras (anexo 5).

		Classificação do Professor								
		11	12	13	14	15	16	17	18	Total
Classificação PNEF	13	2	3	8	5	0	0	0	0	18
	16	0	0	1	5	6	5	0	0	17
	18	0	0	0	0	0	0	2	0	2
	19	0	0	0	0	0	0	3	1	4
	20	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Total	2	3	9	10	6	5	5	2	42

Tabela 13 – Associação das classificações atribuídas através dos dois critérios de classificação

	PNEF	Prof	
Total	15,2	14,4	média
	2,2	1,8	sd
Turma 1	15,8	15,1	média
	2,6	2,1	sd
Turma 2	14,4	14,2	Média
	1,6	1,5	sd
Turma 3	15,3	14,1	Média
	2,1	1,8	sd

Tabela 14 – Média e Desvio Padrão (sd) das classificações atribuídas pelas duas propostas de critérios de classificação

5.10 Classificações para acesso ao ensino superior

Pretendemos ir um pouco mais longe e verificar a influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física utilizando os critérios de classificação que vigoravam e a classificação resultante da proposta de novos critérios de classificação que estivessem ajustados às referências dos PNEF. O cálculo da classificação final do ensino secundário para acesso ao ensino superior foi efetuado através da média aritmética simples das classificações internas finais de cada disciplina, uma vez que não foi possível considerar as classificações finais da disciplina, pois as classificações obtidas nos exames ainda não tinham sido conhecidas. Desta forma, na coluna "Média com os critérios pré-existentes" foi calculada a média final do ensino secundário para o acesso ao ensino superior, utilizando a classificação atribuída pelo professor da turma e na coluna da direita foi calculada a média final do ensino secundário para o acesso ao ensino superior utilizando a classificação mais elevada do intervalo classificativo atribuído a cada aluno através da proposta para novos critérios de classificação. Na Tabela 15 apresentam-se os resultados obtidos para os alunos do 12º C tendo sido apenas possível efetuar o cálculo da média final para oito alunos, uma vez que os restantes tinham anulado as matrículas de algumas disciplinas, o que impossibilitou o cálculo da média.

12º C		
Aluno	Média com os critérios pré-existentes	Média final com novos critérios
2	15,9	16
3	12,6	12,7
4	13,6	13,7
7	13,3	13,3
8	16,5	16,5
9	15,6	15,6
11	11,3	11,3
13	14,8	14,8

Tabela 15 - Comparação da influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física, utilizando os dois tipos de critérios de classificação em estudo, nas médias finais do secundário para acesso a ensino superior dos alunos do 12º C

Estes resultados demonstravam que, relativamente aos alunos nº8 e 9, cuja classificação teria diminuído com a utilização dos novos critérios de classificação, não se registariam

alterações na média final do ensino secundário para o acesso ao ensino superior. Por outro lado, os alunos nº2, 3 e 4, que melhoraram as suas classificações com a utilização dos novos critérios de classificação, melhorariam na sua média final do ensino secundário.

Na Tabela 16 apresentam-se os resultados referentes à turma do 12ºE onde, mais uma vez, apenas foi possível efetuar o cálculo da média final do secundário para seis alunos, uma vez que eram os únicos que não tinham anulado matrículas a nenhuma disciplina.

12º E		
Aluno	Média com os critérios pré-existentes	Média final com novos critérios
3	16,7	16,7
4	14,2	14,2
8	14,1	14,1
14	16	16
16	12,2	12,3
18	13,8	13,8

Tabela 16 - Comparação da influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física, utilizando os dois tipos de critérios de classificação em estudo, nas médias finais do secundário para acesso a ensino superior dos alunos do 12ºE

A tabela 16 revelou que o aluno nº16 teria aumentado a sua média final do ensino secundário com a utilização dos novos critérios de classificação. Verificamos também, através dos dados enunciados, que o aluno nº14 que teria diminuído a sua classificação com a utilização dos novos critérios de classificação não verificando alterações na sua média final do secundário.

Os resultados descritos na Tabela 17 referem-se à turma do 12ºH onde não se verificariam alterações nas médias finais do secundário para nenhum aluno quando calculadas através dos critérios de classificação que vigoravam na escola e da nova proposta para critérios de classificação ajustados às referências dos PNEF.

12º H

Aluno	Média final atual	Média final com novos critérios
1	12,4	12,4
2	11,6	11,6
3	12,5	12,5
4	13,6	13,6
9	15,3	15,3
11	11,4	11,4

Tabela 17 - Comparação da influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física, utilizando os dois tipos de critérios de classificação em estudo, nas médias finais do secundário para acesso a ensino superior dos alunos do 12ºH

No total das três turmas avaliadas, pudemos efetuar o cálculo da média final do ensino secundário para acesso ao ensino superior, a vinte alunos. Desta amostra, verificámos que em 20% (quatro alunos) as médias finais de ensino secundário melhorariam quando calculadas com as classificações atribuídas pelos novos critérios de classificação ajustados aos PNEF. Verificamos ainda que nenhum dos vinte alunos em estudo iria baixar a sua média de ensino secundário com a utilização dos novos critérios de classificação. Sendo assim, esta proposta parecia apresentar apenas vantagens, uma vez que a classificação manter-se-ia igual ou iria melhorar, e nunca desvantagens, pois em nenhum dos casos registaria uma diminuição na classificação.

Em termos estatísticos verificaram-se diferenças significativas ($p < .05$) entre a amostra das médias finais, utilizando os critérios que vigoravam no nosso ano de estágio e a amostra das médias finais com a utilização dos novos critérios de classificação (anexo 6).

5.11 Impacto da classificação em Educação Física para o acesso ao ensino superior

Verificamos também a influência da classificação atribuída na disciplina de Educação Física na média final do secundário para acesso ao ensino superior. Foi efetuado o cálculo da média sem incluir a classificação atribuída na disciplina de Educação Física e comparado com a média final de secundário incluindo a classificação atribuída na disciplina de Educação Física.

Os resultados reunidos revelaram que, quando foram efetuados os cálculos da média final de ensino secundário sem incluir a classificação da disciplina de Educação Física, catorze alunos (70%) baixariam as suas médias, tal como podemos verificar na Tabela 18.

Turma	Aluno	Média com EF	Média sem EF
12°C	2	15,9	15,6
12°C	3	12,6	12,2
12°C	4	13,6	13,2
12°C	7	13,3	13,1
12°C	8	16,5	16,7
12°C	9	15,6	15,7
12°C	11	11,3	11
12°C	13	14,8	14,7
12°E	3	16,7	16,8
12°E	4	14,2	14,2
12°E	8	14,1	14,2
12°E	14	16	16,4
12°E	16	12,2	11,6
12°E	18	13,8	13,7
12°H	1	12,4	12,2
12°H	2	11,6	11,2
12°H	3	12,5	12,2
12°H	4	13,6	13,2
12°H	9	15,3	15,1
12°H	11	11,4	10,8

Tabela 18 - Comparação entre a média final de secundário incluindo a classificação em Educação Física e a média final sem a classificação em Educação Física

Estes 70% correspondiam a 6 alunos do 12º C, 2 alunos do 12ºE e 6 alunos do 12ºH. Identificámos ainda dois alunos que veriam a sua média baixar em mais de 0,5 valores. Apenas cinco alunos (25%) veriam a sua média aumentar, mas este aumento nunca excederia os 0,4 valores. Estatisticamente, confirma-se que existiam diferenças significativas ($p < .05$) entre as duas amostras (anexo 7).

5.12 Realidade da Escola seis anos depois

Quando iniciámos o estágio pedagógico e ingressámos na Escola Secundária Pedro Nunes encontrámos um Departamento de Educação Física muito heterogéneo e não existiam documentos que pudessem situar as práticas educativas e os objetivos de aprendizagem como se de uma estratégia comum de desenvolvimento se tratasse. No que respeita aos critérios de classificação, estes eram tão ambíguos que permitiam que cada um dos professores realizasse a avaliação de forma diferente dos restantes. A apresentação desta proposta foi uma forma que encontrámos de contribuir para que a Escola Secundária Pedro Nunes se aproximasse das referências para a definição do sucesso em EF, descritas nos PNEF, e para que todos os professores pudessem fundamentar as suas avaliações em critérios claros e objetivos. Neste sentido, foi com grande satisfação que vimos o Grupo de Educação Física aprovar a proposta que apresentámos e adotar os critérios de classificação que propusemos.

Passados seis anos após esta proposta de critérios de classificação ter sido aceite, resolvemos regressar à Escola e analisar como tinha decorrido a aplicação deste novo modelo, durante estes últimos anos. Ficámos muito satisfeitas ao verificar que ainda hoje se mantém toda a estrutura da proposta apresentada por nós, existindo apenas alguns ajustamentos no número de melhores matérias a selecionar, que foi reduzido com os atuais critérios, e também nos níveis correspondentes a cada patamar classificativo na área das atividades físicas e desportivas, tal como se exemplifica para o patamar 10-13, no 10ºano, a proposta apresentada em 2008 referia a necessidade de alcançar 7 níveis Introdutório e os critérios de classificação atuais indicavam que os alunos têm de alcançar 5 níveis Introdutório e 1 nível Elementar (devido à necessidade de adaptação à população escolar afirmaram os professores nas entrevistas realizadas); na área da aptidão física, aumentaram o número de testes dentro da zona saudável para as classificações mais elevadas, deram um maior ênfase ao teste de aptidão aeróbia, pois existe a obrigatoriedade de ter este teste dentro da zona saudável para ter uma classificação positiva e, para o último patamar classificativo definiram a necessidade de incluir a aptidão aeróbia e mais um dos testes da aptidão muscular no terço superior da zona saudável (estas alterações não consideravam apenas as questões de saúde associadas à definição da zona saudável da aptidão física, mas fundamentalmente pretendiam estimular a performance dos alunos); e também nos conhecimentos foi incrementada a classificação a alcançar para os patamares mais elevados (procurando que os alunos se dediquem à compreensão e domínio da matéria teórica lecionada). Observámos ainda uma adaptação nos dois últimos patamares classificativos onde a

nossa proposta considerava os patamares de 14-16 e 17-20, enquanto os critérios atuais definem os patamares 14-17 e 18-20. Estas alterações poderão ser visualizadas de forma sintética no anexo 10. Com o objetivo de perceber como tinha sido a operacionalização deste modelo durante estes anos entrevistámos os quatro professores que ainda lecionavam na Escola desde o ano letivo de 2007/2008. Nas entrevistas realizadas verificámos que todos consideraram positiva a utilização da proposta que apresentámos, tendo sido referida como “*essencial para a definição dos critérios de classificação em EF atuais adotados na escola*” pelo Professor 4. Quando questionados acerca dos ajustamentos que efetuaram ao longo destes anos, todos responderam que tinham sido feitos pequenos ajustamentos que são na sua maioria atribuídos à necessidade de “*adaptar alguns parâmetros à nossa realidade, aos nossos alunos*”, tal como foi referido pelo Professor 1. Encontrámos algumas discrepâncias quando perguntámos se todos os professores têm utilizado os critérios de classificação definidos para avaliar os seus alunos pois alguns responderam que todos utilizam “*embora às vezes de forma menos rigorosa*” tal como refere o Professor 4 enquanto o Professor 1 respondeu que “*tecnicamente não... nem todos*”. A unanimidade regressou quando questionámos acerca da divulgação e explicitação dos critérios de classificação aos alunos, onde todos responderam que o faziam. Perguntámos também se consideravam que os alunos tinham conhecimento dos critérios de classificação ao que responderam que “*na generalidade sim, mas alguns não se preocupam*” tal como referiu o Professor 1, que diz ainda que consegue observar isso através de conversas “*nas aulas*” ou “*através de fichas de autoavaliação*” como refere o Professor 4. A única exceção foi o Professor 2 que respondeu que “*eles não sabem, passam a vida a perguntar-me*”. Quisemos ainda saber qual era a opinião destes professores acerca do impacto que o conhecimento por parte dos alunos dos critérios de classificação teve na gestão da sua aprendizagem e na gestão da sua classificação e na generalidade todos revelaram que o facto de conhecerem os critérios de classificação faz com que se mostrem mais empenhados nas tarefas e conseqüentemente “*conseguem evoluir mais em relação aos outros*”, como refere o Professor 2. Mais uma vez, apenas uma exceção nesta questão foi o Professor 4 que referiu que “*o impacto é duvidoso*”.

Nesta segunda aproximação à Escola foi possível perceber que a proposta que apresentámos há seis anos atrás se revelou adequada às necessidades de professores e alunos tendo sofrido apenas pequenas alterações ao longo destes anos, sobre a influência de uma remodelação completa por parte da Escola que foi intervencionada pela Parque Escolar e sobre a influência de novos professores que ali lecionam.

Relativamente à exclusão da classificação da Educação Física na ponderação da média final do ensino secundário e consequentemente da média de acesso ao ensino superior que, tal como comprovámos no nosso estudo, é uma medida que prejudica a grande maioria dos alunos, inquirimos os dos professores da Escola sobre o impacto dessa medida. As respostas foram muito elucidativas: o Professor 1 referiu que “*foi muito prejudicial*” e o Professor 2 afirmou que “*foi péssimo!*”. Todos apontaram a redução do empenho, da participação e da motivação como principais problemas desta exclusão e o Professor 1 foi mais longe ao referir que “*nota-se uma grande diferença de atitude em relação à disciplina.*”

6. REFLEXÕES CRÍTICAS FINAIS

O estágio é um ponto marcante no percurso formativo de qualquer professor pois representa o culminar de uma formação que habilita ao desempenho de todas as funções inerentes a esta atividade profissional. No meu caso particular, o ano de estágio foi, sem dúvida, uma experiência inesquecível, revelando-se como um teste à capacidade de trabalho e de adaptação a novas situações que foram surgindo todos os dias. Foi um período emocionalmente muito forte, pois há muito que ansiava por poder aplicar todo o conhecimento adquirido. No entanto, a responsabilização inerente ao facto de exercer influência na formação, quer pessoal, quer académica, de vários jovens era grande e assustadora. Por outro lado, a ansiedade e o receio de integrar um Departamento de Educação Física com professores que detinham uma larga experiência no ensino e uma comunidade escolar de grandes dimensões, faziam-se sentir com maior intensidade à medida que se aproximava o início desta experiência. Todo este turbilhão de sentimentos foram-se esvanecendo quando constituímos um núcleo de estágio coeso, humilde, empreendedor, dedicado e muito esforçado, que proporcionou um excelente trabalho de equipa, ultrapassando os obstáculos e as dificuldades que se nos apresentavam e que, fomentou amizades para a vida.

Quando integrámos o núcleo de estágio da Escola Secundária Pedro Nunes, encontrámos uma orientadora, a Professora Josefina Cruz, que nos deu todo o apoio necessário, que foi um elemento facilitador da nossa integração no Departamento de Educação, onde todos se demonstraram disponíveis para nos ajudar e apoiar no que necessitássemos e que nos apresentou a toda a comunidade escolar fazendo-nos sentir muito bem recebidas. Terminava aqui uma das minhas ansiedades iniciais.

Iniciámos então, o nosso trabalho procurando conhecer a Escola, o seu funcionamento e organização, o contexto dos alunos ali inseridos e as dinâmicas do Departamento de Educação Física no qual estávamos a trabalhar. Foi aqui que nos deparámos com os primeiros problemas, pois a heterogeneidade dos professores que ali lecionavam e das suas práticas e a falta de documentos orientadores claros e objetivos conduzia a uma disparidade de metodologias e critérios utilizados. Para mim, enquanto estagiária foi o primeiro choque de realidade, pois até então todos os procedimentos e modelos a adotar eram muito claros e objetivos e, num primeiro momento, questionámos como poderíamos

atuar numa escola seguindo orientações diferentes (que constatavam no guia de estágio) dos outros professores que ali lecionavam. Desta forma, procurámos expor ao Grupo as nossas preocupações e todos se mostraram muito recetivos perante uma possível e necessária adaptação. Neste sentido, centrámos o nosso trabalho de investigação, na área da avaliação, pois verificámos que os documentos orientadores não contemplavam as orientações nacionais e não eram objetivos, provocando disparidades entre as práticas avaliativas dos professores que referiram, entre outras, diferenças nos critérios de classificação utilizados. Outro dos problemas identificados em conversas com os alunos foi o facto de estes não conhecerem os critérios de classificação da escola e, como tal, não poderem participar efetivamente na sua própria avaliação. Este foi mais um indicador de uma necessidade de mudança urgente. Mas, mais importante e aquilo que pretendo realçar, foi a atitude dos próprios professores que mostraram vontade em encontrar uma referência comum a todos que objetivasse as suas práticas avaliativas, demonstrando que, apesar dos seus vários anos de ensino, ainda mantêm a humildade necessária à procura constante da evolução enquanto profissional procurando atualizar-se perante uma problemática em constante mudança como é a avaliação. Inspirador!

Para que pudéssemos aplicar os conhecimentos adquiridos foi-nos atribuída uma das turmas da nossa orientadora, no meu caso uma turma do 11º ano, onde pudemos, sob a sua orientação, desenvolver um planeamento e aplicá-lo. Os dados recolhidos na avaliação inicial revelaram as necessidades dos alunos em termos de acompanhamento, as matérias onde revelam maiores dificuldades, as prioridades a definir e os objetivos a estabelecer. Muita informação que necessitava de ser tratada conduzindo a decisões de planeamento. Nesta altura, pretendia-se que os dados reunidos na avaliação inicial produzissem um prognóstico que conduzisse ao estabelecimento dos objetivos terminais, mas senti grandes dificuldades ao fazê-lo e constatei, por diversas vezes ao longo do ano, que tinha errado no pronóstico efetuado tendo de ajustar várias vezes os objetivos terminais. Penso que este facto se relacionou com a minha completa inexperiência e acredito que ao longo da nossa experiência profissional vamos conseguindo intrinsecamente desenvolver esta capacidade e conseguindo prognosticar com maior exatidão. De qualquer forma, foi positivo o facto de ter conseguido identificar o erro e encontrado a solução. O sistema de rotação da Escola foi outra condicionante ao meu planeamento, uma vez que não existia polivalência nos espaços atribuídos, o que dificultava o planeamento por etapas e não permitia respeitar os objetivos individuais dos alunos. Neste ponto tive de encontrar soluções através de trocas com outros professores de forma a cumprir esta necessidade de apresentar situações de aprendizagem

individualizadas e adequadas aos objetivos de cada aluno que me pareceram resolver o problema na sua generalidade. No entanto, deveriam existir mais iniciativas dos professores, no sentido de tornar os espaços de aula das suas escolas o mais polivalentes possível. O próprio planeamento de uma aula politemática, com diversas situações de aprendizagem distintas e que pudessem respeitar os objetivos individuais dos alunos foi também, muito complexo e, inicialmente, cometi dois erros, ao alterar regularmente a estrutura da aula e ao apresentar um elevado número de exercícios que me faziam perder muito tempo na instrução. Por forma a resolver esta situação e a otimizar o tempo potencial de aprendizagem, que é essencial para que se consiga produzir as aprendizagens desejadas, decidi manter a estrutura da aula sempre constante, o que se demonstrou positivo para a gestão e organização da aula. Adotei também a estratégia de selecionar um conjunto de exercícios-tipo para cada matéria e cada grupo de nível, o que permitiu criar automatizações nos alunos, reduzindo o tempo de instrução e aumentando o acompanhamento dos alunos na aula. Cada vez mais, esta opção me parece adequada, tendo em conta a redução das horas letivas de Educação Física e a necessidade de criar rotinas que permitam aumentar o tempo potencial de aprendizagem dos alunos. Senti algumas dificuldades no controlo e acompanhamento das aulas politemáticas, devido à necessidade de orientar alunos inseridos em diversos grupos de nível com objetivos diferentes tornando complicada a gestão de tanta informação. Esta situação foi melhorando ao longo dos anos e fui ganhando a competência de me “colocar fora da aula”, conseguindo visualizar toda a sua dinâmica, mas ainda me envolvo muito no acompanhamento dos alunos o que, em certas turmas, promove algumas situações de indisciplina. Esta proximidade no acompanhamento dos exercícios e uma excessiva preocupação em explicar pormenorizadamente cada exercício provocava um descontrolo dos tempos parciais da aula, o que não consegui resolver nem com a ajuda do cronómetro. Ainda hoje tenho dificuldades na gestão do tempo de aula, mas consegui desenvolver algumas estratégias que me ajudam a minorar esta situação, nomeadamente a manutenção de estruturas de aula constantes, utilizando com regularidade o trabalho por estações, procuro apresentar exercícios que desenvolvam vários objetivos em simultâneo, adaptando com facilidade as regras dos mesmos e utilizo fichas de trabalho onde os alunos podem consultar os aspetos críticos de cada exercício procurando melhorar a sua execução. Durante o estágio denotei, em certas ocasiões que, a criação de grupos de nível na turma provocava alguma desmotivação nos alunos e que, quando eram estabelecidos grupos heterogéneos a sua atitude alterava-se. Continuo a desenvolver o meu trabalho desta forma, alternando entre

estas duas situações, efetuando grupos de nível quando é necessário, mas insistindo muito também nos grupos heterogêneos que, para além de motivarem os alunos mais fracos, promovem a melhoria das relações sociais entre os alunos. Estas relações sociais entre alunos revelaram-se bastante problemáticas na turma que estive a lecionar, pois existiam muitos grupos distintos que não tinham qualquer relação entre si e foi necessário desenvolver bastante a cooperação entre alunos através de jogos e de certas atividades planeadas pelo núcleo de estágio. Inicialmente, os alunos não se empenhavam nestes jogos de cooperação e quebravam constantemente as regras. No entanto, com o passar do tempo comecei a observar uma maior empatia entre alunos, começando a atenuar-se os grupos diferenciados e a verificar uma interação positiva dentro da turma. Estes jogos de aquecimento continuam a revelar-se muito positivos ao trabalho de cooperação e podem ser adaptados com grande facilidade em função dos objetivos da aula, podendo também desenvolver algum trabalho na área da aptidão física. Ao longo do estágio e de toda a minha vida profissional tentei superar um dos meus maiores problemas, o clima de proximidade que mantenho com os alunos. Tento ser mais rígida e autoritária especialmente no início do ano letivo, mas rapidamente começo a assumir uma relação próxima com os alunos o que, em alguns casos é muito positivo porque consigo desenvolver um ótimo relacionamento com os alunos o que melhora o seu empenho e motivação nas aulas mas, noutros casos, é bastante negativo, pois surgem comportamentos de indisciplina e abuso de confiança. Mais uma vez, ainda não consegui ultrapassar esta dificuldade e não sei se algum dia o conseguirei mas, procuro ser rígida em relação às regras e ao cumprimento dos objetivos, como forma de potenciar a responsabilização dos alunos e quando ocorrem situações de indisciplina responsabilizo os alunos através da sua avaliação, informando-os acerca dos objetivos que ainda não conseguiram cumprir e vou transmitindo com regularidade a informação da avaliação formativa aos alunos e, se necessário, aos encarregados de educação. Esta estratégia tem resultado e, normalmente consigo denotar uma melhoria nos comportamentos, um aumento no empenho e preocupação em cumprir os objetivos propostos.

A comunidade escolar em que estivemos inserida foi incrível tendo apoiado todas as nossas iniciativas e participado na promoção das mesmas. Foi muito importante para mim conhecer toda a dinâmica da Escola, desde o contacto com os auxiliares, com a direção e com os outros professores da Escola. Foi fundamental conhecer os procedimentos que se devem seguir na organização de atividades no interior e exterior e para isto contámos também com a orientação da Professora Josefina Cruz. O trabalho de direção de turma e o conseqüente contacto com a vida dos alunos no exterior da Escola

e com os seus encarregados de educação foi também uma experiência essencial para o meu desenvolvimento enquanto docente. Neste sentido, foi muito importante trabalhar com um diretor de turma extremamente organizado e que me transmitiu algumas das metodologias que utilizava na organização da sua direção de turma. Na minha opinião, um diretor de turma deve estar atento aos seus alunos, seja no interior ou exterior da Escola e neste ponto considero que poderíamos ter sido mais interventivos nalgumas situações desviantes e preocupantes que aconteceram com certos alunos.

Voltando à questão da avaliação que identificámos como sendo problemática e, tal como expusemos no presente relatório, centrámos o trabalho de investigação do núcleo de estágio na identificação dos problemas relacionados com a avaliação e procurámos apresentar uma proposta clara e objetiva de critérios de classificação que aproximassem as práticas da Escola Secundária Pedro Nunes das referências nacionais, no âmbito da Educação Física. A investigação realizada demonstrou que os professores não concordavam totalmente com os critérios de classificação utilizados pela Escola e indicavam uma necessidade de alteração dos mesmos. Segundo estes, as dificuldades passavam também pela operacionalização dos critérios essencialmente devido à desadequação dos parâmetros de avaliação. Mais uma vez, surgiam indicadores da necessidade de uma mudança, especialmente quando os professores afirmavam não considerarem os critérios adequados para os alunos da escola. Esta mudança necessária ao nível dos critérios de classificação implicava obrigatoriamente uma adequação destes à realidade da própria escola pelo que foram feitas observações para determinar o nível médio da escola em determinadas matérias. As observações demonstraram que o nível dos melhores alunos da escola nas Atividades Físicas e Desportivas era inferior às referências nacionais, pelo que foi essencial encontrar referências (próximas das nacionais) que estivessem ajustadas à realidade da Escola, mas também, em termos do desenvolvimento da Educação Física, ultimar estratégias que pudessem contrariar esta situação. Também na área da Aptidão Física as observações demonstraram que não houve progressão na aprendizagem, pois os resultados foram muito semelhantes em todos os anos de escolaridade analisados e observou-se ainda uma evolução negativa nas aprendizagens desta área, pois no 12ºano identificámos menos alunos dentro da zona saudável na maioria dos testes. Este facto pode ser explicado pelo desenvolvimento motor dos alunos daquela faixa etária, mas levanta algumas questões às quais não consigo dar resposta, tais como: Será que não se dá a devida importância ao trabalho desta área? Será que o tempo dedicado à Educação Física é suficiente para conseguirmos resultados efetivos nesta área? São questões que deixo em aberto.

A proposta apresentada pelo núcleo de estágio de novos critérios de classificação incorporava toda a informação recolhida nas observações efetuadas e foram efetuadas várias comparações entre os critérios que vigoravam na Escola e a nova proposta de critérios de classificação apresentada e a última demonstrou ser de mais fácil utilização, permitindo uma uniformização entre os professores do Departamento de Educação Física, mas também demonstrou apresentar vantagens classificativas para os alunos uma vez que nas situações estudadas as classificações destes melhoraram.

Ao apresentarmos estas conclusões, o Departamento de Educação Física adotou a proposta apresentada pelo núcleo de estágio que foi aceite em reunião de Departamento e passou a integrar o protocolo de avaliação da Escola. Para nós, enquanto estagiárias foi extremamente gratificante ver o nosso trabalho reconhecido por todos e foi muito motivador o facto de termos um papel ativo na Escola, contribuindo para a sua atualização e progresso. Após seis anos de aplicação do modelo, detetámos que a estrutura dos critérios de classificação atuais é a mesma que o núcleo de estágio apresentou em 2008 e que apenas foram efetuados pequenos ajustamentos que, apesar de nenhum dos professores entrevistados ter referido, derivam das decisões curriculares do Departamento que definiu a necessidade de dar um maior ênfase à área da aptidão física e dos conhecimentos.

Foi surpreendente verificar, através da informação recolhida nas entrevistas, que nem todos os professores aplicam os critérios de classificação, apesar destes serem rigorosos e objetivos. No entanto já Barbosa e Alaiz (1994) tinham comprovado este facto, assim como Redelius e Hay (2011) que demonstraram que esta discrepância entre o que os professores fazem e o que dizem fazer é cada vez mais comum. É claro que existe uma réstia de subjetividade associada à recolha de informação que o professor faz na aula e à maneira como interpreta essas informações mas, é necessário que o professor seja capaz de justificar as suas tomadas de decisão no que refere à classificação dos alunos. Desta forma, é cada vez mais importante que os professores se preocupem em atribuir uma classificação objetiva e fundamentada que possa dar informação ao aluno acerca da sua posição face aos objetivos propostos. A minha reduzida experiência profissional permitiu-me concluir que o facto de tornar o aluno num interveniente ativo na sua própria avaliação tem impacto positivo na sua motivação, no seu desempenho e em última análise no seu sucesso, tal como referiu Carrasco apud Araújo (2002). Durante o estágio denotei uma alteração positiva no empenho dos alunos quando lhes dei a conhecer os critérios de classificação pelos quais iriam ser avaliados e passaram a demonstrar

interesse e preocupação em saber os resultados da avaliação formativa, como forma de acompanharem a evolução do seu desempenho, tal como Stiggins (2006) tinha referido. Os professores da Escola também mencionaram nas suas entrevistas que divulgavam os critérios de classificação aos alunos durante as aulas e na página de internet da Escola. No entanto vêm afirmar de seguida que os alunos não conhecem os referidos critérios. Sendo assim, é importante encontrar o motivo desta contradição, pois se existe divulgação dos critérios de classificação, os alunos deveriam conhecê-los e conseguir identificá-los, mas tal não acontece. Será um problema de clareza de informação, tal como referiu Harlen (2005)? Ou, pelo contrário, será falta de empenho e motivação dos alunos? Segundo as informações recolhidas nas entrevistas realizadas em setembro de 2014, o conhecimento dos critérios de classificação por parte dos alunos está intimamente associado ao empenho demonstrado, assim como afirmava Pacheco (2002).

O trabalho de investigação realizado pelo núcleo de estágio avaliou também o impacto destes novos critérios de classificação nas médias finais do ensino secundário para o acesso ao ensino superior e ficou comprovado que apresenta vantagens para os alunos, pois as médias finais de alguns alunos melhoraram. Foi analisada também a influência da classificação da disciplina de Educação Física na média final do ensino secundário para acesso ao ensino superior e, apesar da reduzida amostra final, concluímos que as classificações em Educação Física provocam alterações positivas nas médias finais de secundário. Estes resultados foram obtidos como já referi com uma amostra muito reduzida, mas acredito que possam ser extrapolados à maioria da população escolar, ficando comprovado que a classificação em Educação Física representa uma vantagem classificativa para a maioria dos alunos, sendo prejudicial a um grupo muito reduzido. Neste sentido, não consigo compreender como pudemos assistir à exclusão da classificação em Educação Física da média final do secundário e consequentemente da média de acesso ao ensino superior. A referida exclusão prejudica a classificação de grande parte dos alunos como comprovámos no trabalho de investigação efetuado e, segundo informações recolhidas nas entrevistas realizadas em 2014, está intimamente associada a uma diminuição da motivação e da participação dos alunos. Numa época em que a obesidade infantil é um problema emergente não se compreende qual o argumento que sustentou a retirada de tempo de Educação Física aos alunos que, devido às dificuldades económicas cada vez mais evidentes, muitas vezes não têm outro momento de prática desportiva e quando só se verificaram vantagens classificativas para os alunos e vantagens em termos de saúde para os indivíduos.

As limitações deste trabalho de investigação relacionam-se com a gestão do tempo que, sendo muito reduzido, não permitiu a realização de uma investigação mais profunda, abrangendo todos os alunos do 12º ano da escola e obtendo uma amostra mais significativa. Pela mesma razão, não foi possível efetuar comparações entre escolas com práticas educativas diferentes, nomeadamente no que respeita aos critérios de classificação. Durante a segunda fase desta investigação, em 2014, pretendíamos entrevistar os alunos, uma vez que queríamos comprovar se tinham existido mudanças na explicitação dos critérios de classificação aos alunos, mas devido à mesma limitação temporal, não foi possível.

O estágio pedagógico apresenta-se então, como um fator essencial na formação de qualquer professor, melhorando a nossa confiança no conhecimento adquirido e dando-nos a experiência necessária para que possamos depois, sozinhos, construir a nossa identidade enquanto docente. No entanto, é de lamentar as poucas oportunidades que surgem para podermos aperfeiçoar as nossas práticas educativas. No meu caso particular, desde o ano de estágio apenas fiquei colocada por uma vez e num horário bastante reduzido. Seria importante que este afastamento dos professores das escolas não fosse banalizado e que todos pudessem ter oportunidade de desenvolver a sua atividade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allal, L.; Cardinet, J.; Perrenoud, P. (1986) *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra: Livraria Almedina

Alonso, A. (2002), *Integração Currículo-Avaliação: Que significados? Que constrangimentos? Que implicações?* in Paulo Abrantes & Filomena Araújo (coord) *Reorganização Curricular: Avaliação das aprendizagens - Das concepções às práticas*. Lisboa: ME-DEB

Araújo, F. (2007). A avaliação e a gestão curricular em educação física : Um olhar integrado In *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*. 32, 121-132

Araújo, F. (2002). *A avaliação no ensino básico – o que pensam alunos e professores*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FMH - UTL

ARG. (2002). *Testing Motivation and Learning*. Acesso em janeiro 2007 em <http://k1.ioe.ac.uk/tlrp/arg/publications.html>.

ARG. (1999). *Beyond the black box [Electronic Version]*. Acesso em janeiro 2007 em <http://k1.ioe.ac.uk/tlrp/arg/publications.html>.

Barbosa & Alaiz (1994a) A Explicitação de critérios – Exigência fundamental de uma avaliação ao serviço da aprendizagem. in *Pensar a avaliação, melhorar a aprendizagem*: Lisboa: ME – Instituto de Inovação Educacional

Barbosa & Alaiz (1994b) Caminho Percorrido... Percurso a Construir... Auto-Avaliação. in *Pensar a avaliação, melhorar a aprendizagem*. Lisboa: ME – Instituto de Inovação Educacional.

Baumgartner, T, Jackson, A, Mahar, M. & Rowe, D. (2003) *Measurement for evaluation in physical education and exercise science* (7ª ed.). New York: McGraw-Hill.

Carvalho, L. (1994). Avaliação das aprendizagens em Educação Física in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*. 10/11 (2ª série), 135-151

Fernandes (2005), *Avaliação das aprendizagens: Desafios às teorias, Práticas e Políticas*. Lisboa: Texto Editores

Fernandes, D. (2006). Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, 19(2), 21-50.

Fernandes, M. (2002). *Métodos de Avaliação Pedagógica* in Paulo Abrantes & Filomena Araújo (coord) *Reorganização Curricular: Avaliação das aprendizagens - Das concepções às práticas*. Lisboa: ME-DEB

Foddy, W. (1996), *Como perguntar – teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*; Oeiras: Celta Editora

Harlen, W. (2005). Formative and summative assessment – a harmonious relationship?. ASF Seminar

Harlen, W. (2005). Teachers' summative practices and assessment for learning – tensions and synergies. *The curriculum Journal*, 16(2), 207-223.

Harlen, W. (2006). On the relationship between assessment for formative and summative purposes. In J. Gardner (Ed.), *Assessment and learning* (pp. 103-117). London: SAGE.

Harlen, W. (2007). Criteria for evaluating systems for student assessment. *Studies in Educational Evaluation*, 33, 15-28

Pacheco, J. (2002), *Como avaliar competências?* in Paulo Abrantes & Filomena Araújo (coord) *Reorganização Curricular: Avaliação das aprendizagens - Das concepções às práticas*. Lisboa: ME-DEB

Pacheco, J. (1996), *A avaliação dos alunos na perspectiva da reforma (2ª ed.)*, Porto: Porto Editora.

Peralta, H. (2002). *Critérios de Avaliação nas escolas* in Paulo Abrantes & Filomena Araújo (coord) *Reorganização Curricular: Avaliação das aprendizagens - Das concepções às práticas*. Lisboa: ME-DEB

Redelius K., & Hay P. J. (2011): Student views on criterion-referenced assessment and grading in Swedish physical education. *Physical Education & Sport Pedagogy*, 17(2), 211-225

Ribeiro, L. (1991), *Avaliação da Aprendizagem (3ª ed.)*, Porto: Texto Editora

Stiggins, R. (2006) Assessment For Learning - A Key to motivation and achievement. *Phi Delta Kappa International*, 2(2), 1-19.

Stufflebeam, D. & Shinkfield, A. (2007). *Evaluation Theory, Models & Applications*. San Francisco: Wiley

Programas Nacionais de Educação Física Física [electronic version] Acesso em Janeiro de 2008 http://sitio.dgicd.min-edu.pt/basico/Paginas/Programas_OrientacoesCurriculares_3EF.aspx

Moções aprovadas no VI Congresso Nacional de Educação Física Física [electronic version] Acesso em Janeiro de 2008 <http://www.cnapecf.web.pt/>

ANEXOS

ANEXO 1: GUIÃO DO QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Destinatários	Informação que se pretende	Questão
Alunos da Escola Secundária Pedro Nunes	<ul style="list-style-type: none"> • Dados biográficos 	⇒ Ano de escolaridade, Idade, Género, Nota na disciplina de Educação Física no ano letivo anterior
	<ul style="list-style-type: none"> • Classificação obtida no ano anterior 	⇒ Diz por palavras tuas quais são os critérios de classificação em Educação Física (EF)
	<ul style="list-style-type: none"> • Representação acerca das normas de referência para a avaliação na disciplina de EF • Autoconsciencialização de competências necessárias para o sucesso na EF 	⇒ O que tens de fazer para ter nota 10/3 em EF no final do ano letivo?
	<ul style="list-style-type: none"> • Auto conceito e perceção das suas competências; • Representação da avaliação. 	⇒ Se te avaliasse neste momento que nota te darias? Porquê?

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Este questionário faz parte de um estudo na área da avaliação e tem como objetivo averiguar a percepção dos alunos face aos critérios de classificação utilizados na escola. Todas as informações fornecidas serão totalmente confidenciais.

Ano de escolaridade: _____ Idade: _____ Género: M / F
Nota obtida a EF no ano letivo anterior: _____

Relativamente à nota de EF obtida nos anos anteriores, consideras que: (seleciona a opção que mais se identifica contigo)

1. Não tens tido sucesso
2. Tens tido sucesso
3. Tens tido muito sucesso

Diz por palavras tuas quais são os critérios de classificação em Educação Física?

O que tens de fazer para teres nível 3 em Educação Física no final do ano letivo?

Se te auto-avaliasses neste momento que nota te darias? Porquê?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO 3: GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES

Destinatários	Informação que se pretende	Questão
Professores do Departamento de Educação Física	<ul style="list-style-type: none"> • Representações/considerações sobre os critérios de classificação utilizados pelo Departamento; • Representação da avaliação quanto aos seus intervenientes; 	⇒ Concorda com os atuais critérios de classificação da disciplina de Educação Física?
	<ul style="list-style-type: none"> • Considerações dos professores sobre: • Os critérios de classificação; • Necessidade de mudança nos mesmos critérios; • Funcionalidade de aplicação dos critérios. 	⇒ O que deveria ser alterado nesses critérios? ⇒ Em termos meramente operacionais (da funcionalidade da sua aplicação) quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?
	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos critérios de classificação aos objetivos pedagógicos e metodológicos da Educação Física; • Principais factores que o professor associa à obtenção de sucesso por parte dos alunos. 	⇒ Considera que os critérios se encontram adequados às capacidades dos alunos desta escola? ⇒ Quais os aspectos que mais valoriza na avaliação?
	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção dos professores acerca da apropriação dos critérios de classificação por parte dos alunos 	⇒ Os alunos conhecem os critérios de classificação da escola?

ANEXO 4: ENTREVISTA AOS PROFESSORES

- 1.** Concorda com os atuais critérios de classificação da disciplina de Educação Física?
- 2.** O que deveria ser alterado nesses critérios?
- 3.** Em termos meramente operacionais (da funcionalidade da sua aplicação) quais são, na sua opinião, os maiores problemas destes critérios?
- 4.** Considera que esses critérios se encontram adequados às capacidades dos alunos desta escola?
- 5.** Os alunos conhecem os critérios de classificação da escola?

ANEXO 5: OUTPUTS DO TESTE T DE COMPARAÇÃO ENTRE AS CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS UTILIZANDO OS DOIS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

→ T-Test

[DataSet1] C:\Documents and Settings\mariana_\Ambiente de trabalho\classificações_tânia.sav

Paired Samples Statistics

		Mean	N	Std. Deviation	Std. Error Mean
Pair 1	Classificação PNEF	15,19	42	2,178	,336
	Classificação Professor	14,43	42	1,810	,279

Paired Samples Correlations

		N	Correlation	Sig.
Pair 1	Classificação PNEF & Classificação Professor	42	,876	,000

Paired Samples Test

		Paired Differences							
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference		t	df	Sig. (2-tailed)
					Lower	Upper			
Pair 1	Classificação PNEF - Classificação Professor	,762	1,055	,163	,433	1,091	4,681	41	,000

ANEXO 6: OUTPUTS DO TESTE T DE COMPARAÇÃO ENTRE AS MÉDIAS FINAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO UTILIZANDO OS DOIS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

♦ T-Test

[DataSet1] C:\Documents and Settings\mariana_Ambiente de trabalho\médias_tânia.sav

Paired Samples Statistics

		Mean	N	Std. Deviation	Std. Error Mean
Pair 1	Média PNEF	13,89	20	1,720	,385
	Média Professor	13,87	20	1,723	,385

Paired Samples Correlations

		N	Correlation	Sig.
Pair 1	Média PNEF & Média Professor	20	1,000	,000

Paired Samples Test

		Paired Differences							
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference		t	df	Sig. (2-tailed)
					Lower	Upper			
Pair 1	Média PNEF - Média Professor	,020	,041	,009	,001	,039	2,179	19	,042

ANEXO 7: COMPARAÇÃO ENTRE AS MÉDIAS FINAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO INCLUINDO A CLASSIFICAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E AS MÉDIAS FINAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO EXCLUINDO A CLASSIFICAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Emparelhadas	Total	T-1tail	0,006203684
		T-2tail	0,012407368

ANEXO 8: GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PROFESSORES APLICADA EM
SETEMBRO DE 2014

Guião da entrevista

Há 6 anos atrás fizemos uma proposta de alteração aos critérios de classificação de Educação Física, que o grupo adotou e que ainda hoje se mantêm em termos globais.

Informação a recolher	Pergunta
Importância da utilização da proposta de alteração aos critérios de classificação	Considerou positiva para a sua prática e para o grupo de Educação Física a utilização da proposta que aqui deixamos?
Necessidade de ajustamentos nos critérios de classificação Motivos desses ajustamentos	Têm utilizado a nossa proposta, tal qual a apresentamos, ou procederam a algum ajuste? Qual? Porquê?
Aferição de critérios de classificação e aplicação dos protocolos	Em termos operacionais, todos os professores do seu grupo disciplinar têm utilizado estes critérios de classificação para classificar os seus alunos?
Conhecimento dos critérios por parte dos alunos Divulgação e explicitação aos alunos dos critérios de classificação Influência do conhecimento dos critérios de classificação na gestão da aprendizagem e da classificação	Os professores têm divulgado e explicitado os critérios de classificação aos alunos? Considera que os alunos têm conhecimentos destes critérios? Como observou isso? Qual é, na sua opinião, o impacto que o conhecimento por parte dos alunos dos critérios de classificação teve na gestão da sua aprendizagem e na gestão da sua classificação?
Influência da classificação de Educação Física na média final do secundário	Considera que a exclusão da classificação em Educação Física da média final do secundário foi prejudicial para os alunos? De que forma?

ANEXO 9: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APÓS 6 ANOS DE APLICAÇÃO DO
MODELO

Informação a recolher	Questão	Unidades de registo
Importância da utilização da proposta de alteração aos critérios de classificação	Considerou positiva para a sua prática e para o grupo de Educação Física a utilização da proposta que aqui deixamos?	<p>1: “Sim (...)serviu de impulso para a aproximação dos critérios da escola aos definidos pelos programas nacionais”</p> <p>2: “Sim (...)é exatamente através destes critérios de avaliação que nós conseguimos avaliar de forma mais objetiva”</p> <p>3: “Sim (...) (critérios) ficaram muito mais atualizados”</p> <p>4: “Sim (...) essencial para a definição dos critérios de avaliação em EF atuais adotados na escola”</p>
Necessidade de ajustamentos nos critérios de classificação Motivos desses ajustamentos	Têm utilizado a nossa proposta, tal qual a apresentamos, ou procederam a algum ajuste? Qual? Porquê?	<p>1: “pequenos ajustes nos I’s e nos E’s e na parte da aptidão física. E também nas notas dos conhecimentos”</p> <p>2: “Os níveis foram ajustados mas a estrutura é a mesma”</p> <p>3: “pequenos ajustes nas três áreas”</p> <p>4: “Alterámos para as avaliações de AF e conhecimentos”</p> <p>1: “foi necessário adaptar alguns parâmetros à nossa realidade, aos nossos alunos”</p> <p>2: “adaptá-los aos nossos alunos. (...) Sentimos que devíamos ser mais exigentes nessa área (aptidão física). E dos conhecimentos também.”</p> <p>3: “Para ficarem mais adequados aos alunos da escola”</p> <p>4: “Não nos pareceu adequado”</p>
Aferição de critérios de classificação e aplicação dos protocolos	Em termos operacionais, todos os professores do seu grupo disciplinar têm utilizado estes critérios	<p>1: “tecnicamente não... Nem todos”</p> <p>2: “Só um ou dois é que falham... Mas no geral utilizam”</p>

	de classificação para classificar os seus alunos?	<p>3: “Eu acho que sim”</p> <p>4: Todos os professores utilizam (...) embora às vezes de forma menos rigorosa”</p>
<p>Conhecimento dos critérios por parte dos alunos</p> <p>Divulgação e explicitação aos alunos dos critérios de classificação</p> <p>Influência do conhecimento dos critérios de classificação na gestão da aprendizagem e da classificação</p>	<p>Os professores têm divulgado e explicitado os critérios de classificação aos alunos?</p> <p>Considera que os alunos têm conhecimentos destes critérios?</p> <p>Como observou isso?</p> <p>Qual é, na sua opinião, o impacto que o</p>	<p>1: “Sim (...) são afixados para todos poderem consultar”</p> <p>2: “Sim, no princípio do ano.(...) E recordar no final do período. (...) estão (...) na página de internet.”</p> <p>3: “Sim, no início do ano principalmente. (...) estão afixados na escola e estão na página de internet. (...) acabamos sempre que ir referindo ao longo do ano”</p> <p>4: “são divulgados na página da escola e do departamento e são explicados nas aulas pelos professores”</p> <p>1: “na generalidade sim. Mas alguns não se preocupam”</p> <p>2: “Pouco. Nós informamos (...) mas alguns ainda não sabem”</p> <p>3: “Alguns sim. (...) mas há sempre alguns alunos que não ligam nenhuma”</p> <p>4: “A generalidade tem conhecimento (...) apesar de os considerarem complexos.”</p> <p>1: “Através de conversas. (...) nas aulas, pelas perguntas (...) e por algumas atitudes.”</p> <p>2: “Eles não sabem.(...) passam a vida a perguntar-me”</p> <p>3: “Nas aulas. (...) alguns sabem que precisam de um determinado nível e esforçam-se por conseguir alcançá-lo. (...) há outros que só no final do período é que vêm saber porque é que tiveram aquela nota”</p> <p>4: “através de fichas de autoavaliação”</p>

	<p>conhecimento por parte dos alunos dos critérios de classificação teve na gestão da sua aprendizagem e na gestão da sua classificação?</p>	<p>1: “quanto melhor eles conhecem os critérios maior é o empenho nas aulas.”</p> <p>2: “preocupam-se mais e vão saber o que é que têm de fazer. (...) conseguem evoluir mais em relação aos outros.”</p> <p>3: “é bastante positivo. (...) acabam por empenhar-se mais.”</p> <p>4: “impacto é duvidoso (...) que os alunos no ensino básico cuidem de gerir a aprendizagem e a classificação”</p>
<p>Impacto provocado nos alunos pela não contabilização da classificação de Educação Física para a média final</p>	<p>Considera que o facto de a nota de Educação Física já não entrar para a média final dos alunos teve um impacto negativo para os alunos? De que forma?</p>	<p>1: “foi muito prejudicial (...) nota-se uma grande diferença de atitude em relação à disciplina. (...) alunos achavam que (...) podiam ter negativa que não chumbavam”</p> <p>2: “Na parte da motivação, da participação. Foi péssimo! Desmotivou os alunos completamente.”</p> <p>3: “Há muitos alunos muito menos empenhados. (...) Alguns até achavam que podiam chumbar à disciplina.”</p> <p>4: “Quebra de empenho para atingir os objetivos. (...) há alunos que perdem a disciplina e vão ter de fazer exame”</p>

ANEXO 10: COMPARAÇÃO ENTRE A PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO APRESENTADA EM 2008 E OS ATUAIS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA ESCOLA

Intervalo classificativo	Nº matérias avaliadas (melhores)	10ºano		11ºano		12ºano	
		CA 2008	CA atuais	CA 2008	CA atuais	CA 2008	CA atuais
0-5	Atividades Físicas	0I	-	0I	-	0I	-
	Aptidão Física	-	-	-	-	-	-
	Conhecimentos	-	-	-	-	-	-
6-9	Atividades Físicas	4I	6I	4I	3I+1E	5I	3I+1E
	Aptidão Física	-	≥1ZS	-	≥1ZS	-	≥1ZS
	Conhecimentos	-	C≥6	-	C≥6	-	C≥6
10-13	Atividades Físicas	7I	5I+1E	6I	2I+2E	5I+1E	2I+2E
	Aptidão Física	2 ZS	≥2ZS(incluindo AA)	3 ZS	≥2 ZS(incluindo AA)	3 ZS	≥2 ZS(incluindo AA)
	Conhecimentos	C≥10	C≥10	C≥10	C≥10	C≥10	C≥10
14-16	Atividades Físicas	7I+1E	14- 4I+2E	3I+3E	14- 1I+3E	2I+4E	14- 1I+2E+1A
	Aptidão Física	2 ZS	17 3ZS(incluindo AA)	3 ZS	17 3 ZS (incluindo AA)	3 ZS	17 3 ZS (incluindo AA)
	Conhecimentos	C≥10	C≥14	C≥10	C≥14	C≥10	C≥14
17-20	Atividades Físicas	2I+6E	18- 3I+3E	6 E	18- 3E+1A	5E+1A	18- 2E+2A
	Aptidão Física	2 ZS	20 4 ZS*	3 ZS	20 4 ZS*	3 ZS	20 4 ZS*
	Conhecimentos	C≥10	C≥16	C≥10	C≥16	C≥10	C≥16

*A aptidão aeróbia e mais um dos testes de aptidão muscular têm de estar no terço superior da ZS